

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ELIEDSON FERREIRA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. FERNANDO TORRES “2º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão com a presença de 57 Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Eliedson Ferreira, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência na sessão do dia 17/02/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Eliedson Ferreira.

Solicito à deputada Maria Luiza Laudano que ocupe a 1ª Secretaria para que o deputado Eliedson Ferreira possa fazer uso da palavra.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores que nos acompanham das Galerias Paulo Jackson, senhores da imprensa, senhores servidores desta Casa, telespectadores da *TV Assembleia*, venho a esta tribuna para manifestar a minha preocupação com o problema da dengue no Estado da Bahia, preocupação essa compartilhada, hoje, por todos os parlamentares desta Casa e por todo povo baiano.

Nós, todos os anos, ouvimos falar a respeito da gravidade da dengue. Podemos chamar essa tragédia de tragédia anunciada, porque se sabem os cuidados que a Secretaria Estadual da Saúde precisa ter e as iniciativas que precisa tomar para evitar isso que alguns já classificam como uma epidemia. Mesmo que ainda que não seja, corremos o risco de ter, na Bahia, um epidemia de dengue. Alguns municípios estão nos deixando deveras preocupado. Pessoas desses municípios têm entrado em contato conosco, como é o caso de Itabuna e Jequié, e é importante que se desperte para isso, não somente para tomar atitudes que venham a debelar um incêndio, porque sempre é assim, na hora em que começa a morrer gente, tomam-se algumas iniciativas, mas não há uma preparação, não há projetos, não há uma organização no sentido de preparar o Estado para que esse problema não se repita ano após ano.

Paralelo a isso, quero aqui destacar o excelente trabalho que o prefeito Tarcízio Pimenta, deputado Heraldo Rocha, está desenvolvendo na cidade de Feira de Santana, em todos os sentidos, em todas as áreas. O povo feirense está consciente de ter feito uma excelente escolha elegendo o ex-deputado Tarcízio Pimenta prefeito daquela cidade, de grande população. Nós, inclusive, no que diz respeito a essa questão da dengue, observamos, por parte do prefeito, do secretário da Saúde e de todos aqueles que trabalham no sentido de impedir que a dengue venha avançar no município, um trabalho excelente.

Visitei, há alguns dias, o Complexo Policial Investigador Bandeira e, desta tribuna, felei da superlotação daquela unidade. Um espaço em que cabem 35 pessoas está ocupado por 117, esse era o número no dia em que eu fui lá e, agora, vejo aqui no *site* do Samuel Celestino ele falar sobre focos de dengue dentro do complexo policial: *Agentes municipais de endemias de Feira de Santana encontraram, nesta quarta-feira, focos do mosquito da dengue dentro do complexo policial.*

Então, vemos aqui o trabalho da prefeitura, um trabalho que precisa ter um apoio melhor por parte da Secretaria da Saúde do Estado, mas destaca-se aqui o trabalho incansável da Secretaria Municipal da Saúde para combater o avanço da dengue no município de Feira de Santana, graças à administração, ao trabalho constante do prefeito Tarcízio Pimenta.

Os agentes de endemia encontraram esses focos no Complexo Policial Investigador Bandeira, que estavam exatamente na área de convivência do local.

Constatei *in loco* essa situação, com esgoto aberto nesse complexo policial trazendo, sem dúvida, preocupação em relação à dengue. As condições dos automóveis que ficam nos Detrans também é preocupante, porque não há o devido cuidado e acabam virando um foco dessa doença. Então é preciso que a Secretaria Estadual da Saúde desperte para isso.

Em Feira de Santana a Secretaria Municipal, com a administração do prefeito Tarcízio Pimenta, está fazendo o dever de casa. Mas é preciso que a Secretaria Estadual acorde, desperte, trabalhe e prepare o Estado para que daqui a 1 ano não estejamos tratando desse mesmo assunto e manifestando essa mesma preocupação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vindo para cá pela manhã, vi uma faixa na última passarela que, a meu ver, ofende a liberdade dos 63 parlamentares desta Casa, além de conter dizeres mentirosos. Trata-se de uma faixa colocada pelo Sindsefaz que diz mais ou menos o seguinte: “O deputado que defende o cidadão não vota a favor da sonegação”.

Pergunto se essa premissa é verdadeira. Não! É falsa! Não se pode ofender a autonomia do Poder Legislativo com uma mentira, dizendo para o cidadão que quem votar contra esse projeto estará a favor da sonegação. Se existe sonegação, como o Sindsefaz afirma, a obrigação é denunciar publicamente todas as empresas que estão sonegando. Mas colocar isso como motivo para aprovação dessa proposição, deputado Paulo Rangel, é uma mentira que tem de ser descartada.

O que pretende esse projeto? Como mostrei em um pronunciamento, anteontem, essa proposta já tem um parecer contrário da OAB dizendo que é inconstitucional; tem a recomendação e o parecer contrário do Ministério Público; tem o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional um projeto semelhante encaminhado pelo governo do Ceará.

Destaco que em 18 de dezembro de 2008 o Supremo Tribunal Federal posicionou-se sobre esse assunto na mesma linha de raciocínio do Ministério Público e da OAB da Bahia, dizendo que é inconstitucional.

Mas vamos voltar ao que diz essa faixa. O Sindsefaz não pode brincar com a nossa inteligência! O que pretende esse projeto? Criar em torno de mil novos cargos, deputado Heraldo Rocha, de auditor fiscal, para que esses profissionais fiscalizem as pequenas e microempresas. Sabem o que isso significa?

Os atuais auditores fiscais, que em números redondos são também em torno de mil, fiscalizam 96% da arrecadação do ICMS do Estado. Estão querendo criar mais mil cargos de maneira inconstitucional para fiscalizar 4% da receita; para fiscalizar 140 mil micro e pequenas empresas. Por trás desses pequenos e microempresários

pelo menos 3 milhões e meio de pessoas, considerando-se a família de cada um deles. E para fiscalizar 4% apresento números que o Sindsefaz não tem e então terão que aprender. Os 10 maiores contribuintes do Estado da Bahia respondem por 50,3% da receita de ICMS, deputado Elmar Nascimento; os 24 maiores contribuintes respondem por 60,17% da receita de ICMS; os 66 maiores responderiam por 70%.

São 200 mil contribuintes que tem o Estado da Bahia, e esse projeto inconstitucional pretende criar mil cargos, dividir uma secretaria como a Secretaria da Fazenda, que deveria estar preocupada agora em renovar os incentivos fiscais para que empresas, como a Britânia, não saiam da Bahia; deveriam se preocupar com a geração de emprego e renda dos 700 mil empregos que os pequenos e microempresários geram para a Bahia e arrecadam apenas 4%. Querem dizer que aprovando um projeto inconstitucional iríamos evitar a sonegação, segundo o Sindsefaz. É mentirosa essa afirmativa.

Aproveito, finalizando, Sr. Presidente, alertando e tendo a certeza absoluta, que se quiserem a verdade, a Comissão de Constituição e Justiça tem o dever e a obrigação de chamar na primeira reunião da Comissão, o secretário da Fazenda, o procurador-geral do Estado, o presidente da OAB, o chefe do Ministério Público...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) o Sindsefaz, o IAF para que de uma maneira clara, aberta, mostrar que o projeto é inconstitucional.

E fica aqui a minha pergunta e o meu questionamento: a quem interessa esse projeto inconstitucional, aos contribuintes da Bahia? Garanto que não. Aos cidadãos da Bahia? Garanto que não. Essa premissa de fiscalizar quem gera apenas 4% da receita como sendo sonegador, é uma premissa falsa, e essa premissa falsa tem que ser derrubada aqui na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Finalizando, Sr. Presidente, espero que prevaleça o bom senso. Se não prevalecer, Sr. Presidente, por mais que eu goste desta Casa, usarei os meios jurídicos necessários para que esse projeto não tramite na Assembléia Legislativa, porque já existe o parecer do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados da Bahia dizendo que é inconstitucional.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Fernando Torres pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, Srs. Deputados, senhores e senhoras, o Partido dos Trabalhadores, o PT de Feira de Santana, na pessoa do deputado José Neto, que é um deputado atuante, há outros deputados do PT que só vão a Feira de Santana em véspera de eleição, e José Neto sempre está lá presente tentando ajudar o governador a obter melhorias da parte estadual para o município que não consegue.

O deputado José Neto foi hoje para a imprensa de Feira dizer que sábado a

toda-poderosa, Heraldo Rocha, Dilma Rousseff vai estar lá. Parabenizo a ida da ministra juntamente com o governador Jaques Wagner, acho que o presidente da Assembléia deverá estar presente também, as grandes lideranças da Bahia que comandam hoje o Estado também deverão estar presentes em Feira de Santana sábado, fazendo política, fazendo campanha eleitoral. Já foi muito comentado que a ministra não pode fazer campanha, porque está fora de época, mas vai fazer política e espero que ela vá a Feira de Santana, Eliedson, V.Ex^a que é um deputado de Feira, levar recursos, porque o governador Jaques Wagner já foi lá várias vezes e foi só blabláblá. Na última vez, o governador prometeu que, na semana seguinte, iriam 45 viaturas para a Polícia Militar de Feira, mas só foram 11, oito das quais usadas, deputado Eliedson.

Espero que o governador vá fazer alguma coisa, porque o prefeito Tarcízio Pimenta, com dois meses de governo, já fez mais de dez milhões de obras. Deputado Heraldo Rocha, o prefeito Tarcízio, com dois meses de governo, já tem mais de dez milhões de obras, e o governo Jaques Wagner, com dois anos e dois meses, nada tem feito por Feira de Santana, só conversa.

Espero que a ministra leve o governador, o presidente da Assembleia também deve ir, devem estar lá vários deputados, o deputado Paulo Rangel deve acompanhar essa comitiva, já que ele é do alto clero do PT, o qual vai estar presente. E Feira de Santana agradece se forem lá realmente levar recursos, só têm em ido fazer promessas, e nada têm feito por aquela cidade.

Prometeram, há dois anos, que as obras do Hospital Geral da Criança iriam começar, mas até hoje não elas não foram começadas, está só na terraplenagem, que não sei se é uma mentira para dizer que tais obras estão em andamento. Não se veem levantar paredes, não se vê nada! Há uns caminhões rodando, fazendo uma poeira terrível, que está indo para o Hospital Clériston Andrade. E paredes que é bom, nada! As 45 viaturas para a Polícia Militar até agora nada! O Centro de Convenções de Feira de Santana, que o ex-governador Paulo Souto estava construindo, o que fez o governo Wagner? Parou as obras, disse que ia melhorar o projeto, e há dois anos espera-se essa melhora, deputado Elmar Nascimento! Dois anos esperando! Esse projeto deve estar vindo da Europa, deve haver algum arquiteto europeu que vai fazer um projeto bonito para o Centro de Convenções de Feira de Santana; por isso, essa demora. Mas peço ao governador que vá com a Ministra Dilma Rousseff fazer Feira de Santana crescer realmente, como fez o ex-prefeito José Ronaldo.

Tenho relacionado aqui várias obras do ex-prefeito José Ronaldo: quatro viadutos lindos, que foram feitos com recursos próprios da prefeitura, várias obras. Ele só fez melhorar Feira de Santana, e o governo do Estado, até agora, nada!

Parabenizo o Zé Neto, um deputado que trabalha bastante, que sempre está cobrando do governador recursos para Feira, mas não está conseguindo, porque a inércia da administração do PT não deixa.

Então, espero que Dilma Rousseff, junto com o governador Jaques Wagner e o presidente da Assembleia, que deve fazer parte dessa comitiva, leve realmente as obras das quais Feira de Santana está precisando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, meu prezado amigo e colega deputado Luiz de Deus, quando me deslocava para cá, V.Exª me indagou a respeito do que iria comentar, e irei responder a V.Exª daqui.

Tenho aqui uma manchete do *Correio da Bahia*, de hoje, que traz um casal com um filho, os três sentados em uma cama humilde, num recinto bastante precário, cujo título diz: “*O retrato do abandono*”.

Ao ver esta fotografia hoje no jornal *A Tarde*, Dr. Luiz, lembrei-me de uma matéria veiculada pela imprensa, se não me falha a memória, no último dia de Carnaval, segundo a qual uma mãe de família que trabalhava com um carinho para vender cachorro-quente, estando a trabalhar no Pelourinho, foi acometida das dores de parto, sendo levada para uma unidade de saúde ali instalada precariamente, onde deu à luz uma criança, e posteriormente veio a ser transferida para uma maternidade, se não me falha a memória, a Tsyla Balbino.

Na reportagem, deputado Gildásio Penedo Filho, foi veiculado que aquele era o sétimo filho daquela mãe, que tem como esposo, obviamente o pai daquela criança, um cidadão que está preso.

Uma questão que sempre me aflige, me preocupa e tenho por repetidas vezes, dito por onde vou, nas diversas oportunidades que tenho, é o planejamento familiar. V.Exª, Dr. Luiz, que é também um grande pecuarista, e não estou querendo fazer analogia de gente com animal, o gado bovino, de forma nenhuma, mas V.Exª cria um rebanho dentro das suas condições, da sua estrutura, evidentemente, até porque a área que utiliza para criar os seus bovinos está encravada no Semi-Árido, e por isso V.Exª tem uma série de preocupações. Se quem cria tem o limite da condição de fazê-lo, é preciso que cada um de nós se conscientize também que o número de filhos têm que ser na razão direta das nossas possibilidades e das nossas condições.

Mas, para que tal aconteça, alguns haverão de dizer que não, que precisa educar o povo. Tudo bem, mas enquanto tal não acontece, e se ao longo de 500 anos, desde que o País foi descoberto, isso não foi possível, é preciso urgentemente que os poderes públicos municipais, estadual e federal abram as portas das unidades de saúde para que se possa fazer um real, pleno e indiscutível programa de planejamento familiar, para que as unidades hospitalares possam possibilitar as vasectomias, para que possam fomentar e possibilitar as ligaduras de trompas. Quantos e quantos pobres não têm onde buscar solução para esse grave problema?

Quando se tem uma mãe de família com sete filhos e que mantém esses filhos com um pequeno carro de vender sanduíche, está com o marido preso, qual a perspectiva lógica que poderemos ter dessas crianças no futuro, num mundo tão deformado, degenerado, onde os valores do ter é que se sobrepõem a tudo na

sociedade? É preciso que os poderes públicos levem aos agentes comunitários de saúde, deputada Maria Luiza Laudano, V.Ex^a que foi prefeita e é mãe de uma prefeita, para que os agentes comunitários de saúde, sobretudo naquelas áreas de maior dificuldade, de maior carência da sociedade, conscientizem quem lá vive.

Fiz um levantamento, deputado Luiz de Deus, precário, e pude detectar que 80% dos partos que acontecem ocorrem sem planejamento; 73% dos partos que acontecem no País são dentro das classes D e E. Alguém poderá dizer que o índice de natalidade diminuiu? Diminuiu bastante, é 2,4 filhos por casal, e isso levando em consideração os que têm discernimento, cultura e condição de criar...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILBERTO BRITO:- O nível deve ser muito aquém, mas quando se soma aos níveis daqueles que não têm esclarecimento e não tiveram oportunidade devida de possibilitar uma condição de conforto maior, isso vai lá para a estratosfera.

Também, é preciso que os poderes públicos e mais uma vez venho aqui conclamar a prefeitura de Salvador, o governo do Estado, o governo Federal para que viabilize os meios técnicos, os meios materiais e sobretudo orientar os agentes comunitários de saúde para que conscientizem as famílias que vivem dentro das áreas de maior risco social, para que limitem a condição de nascimentos, dada a condição que vivemos hoje, a violência é também consequência de muito disso. Enquanto o poder público não tiver coragem de enfrentar esta realidade...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a.

O Sr. GILBERTO BRITO:- (...) muitos que fazem atividade política dizem que deixam de fazê-lo com receio de qualquer segmento da sociedade. Não, mas temos que enfrentar os desafios para que no futuro não tenhamos condições de enfrentar os gravames que todo dia aumentam e quero aqui no ensejo, Sr. Presidente, dizer a V.Ex^a que estenda esta nossa colocação, também, ao prefeito Tarcízio Pimenta. V.Ex^a que daqui disse da eficácia, da eficiência da gestão do prefeito Tarcízio onde, anteriormente, foi dito aqui pelo deputado Eliedson que o índice de dengue em Feira de Santana é baixíssimo em face da ação da prefeitura, mas o deputado Eliedson cobrava do governo do Estado para que tomasse uma posição firme. Deputado, diga também aos prefeitos dos outros municípios que sigam o exemplo do deputado Tarcízio.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Ex^a, para concluir.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Parece-me que essa ação deve ser mais própria do próprio município. É o município que está lá dentro, a ação municipal de saúde pode muito bem prevenir e evitar, e o Estado entraria como copartícipe, como coadjuvante nesta tão difícil ação de combater a dengue.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria de solicitar do Líder do governo em exercício, deputado Álvaro Gomes, que indicasse alguém do governo para fazer parte da Mesa, desde quando o deputado Adolfo Menezes não faz parte e

gostaria de se retirar da Mesa.

Concedo a palavra ao deputado Misael Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, deputado Fernando Torres, meu querido amigo, Sr^{as} e Srs Deputados, após o Grande Expediente, onde meu querido amigo, deputado Gilberto Brito com muita propriedade sempre preenche esta tribuna, e voltando ao tema que trouxe nosso companheiro da Bancada de Oposição, deputado João Carlos Bacelar, que com muita propriedade tem trazido denúncias sérias relacionadas à educação pública do Estado da Bahia.

Somente, agora, um mês após o início das aulas na rede particular de ensino, deputado Heraldo Rocha, começam as aulas na rede pública estadual. Tive o cuidado de me debruçar sobre a Mensagem do governador, deputado Heraldo, na parte que trata da educação pública.

Logo na primeira página de quando começa a mensagem, o Exm^o Sr. Governador Jaques Wagner diz que promoveu uma oferta recorde de vagas: “A rede pública estadual de ensino básico matriculou 1 milhão, 389 mil, 708 alunos, o mais expressivo número de alunos nos últimos anos.”

Ora, o próprio site da Secretaria da Educação, do qual tive acesso, traz um artigo publicado em 2006 que diz que somente no ano de 2006 foram matriculados mais de um milhão e meio de estudantes. Ainda na sua Mensagem o governador traz que até 2011 o governo irá criar 40 centros de educação profissional.

Deputado Álvaro, é uma proposta certamente audaciosa se não fosse o fato de somente o governo querer transformar os colégios-modelo Luís Eduardo Magalhães em centro de educação profissional e transformar as faculdades agrotécnicas que existem em escola profissional. Fica muito fácil fazer um jogo de números para se conseguir esses 40 centros de ensino, que nós todos queremos mas, com certeza, trabalhar com números não é o mais interessante.

Mais à frente, na sua mensagem, o governador fala, deputado Heraldo, que investiu no ano passado 62 milhões de reais na construção e reforma de escola. Mas deputado Álvaro, quero seu auxílio, como Líder do Governo, até mesmo do deputado Heraldo Rocha, que tanto peregrina por esse interior. Apesar da mensagem do governador trazer 62 milhões de reais em investimentos na construção e reforma de escolas, gostaria que V.Ex^a me apontasse uma única escola, uma única sala de aula que o Governador Jaques Wagner tenha inaugurado, que tenha iniciado em sua gestão. Mais uma vez trabalha com essa maquiagem de números.

Em toda mensagem, na página de educação, o governador Wagner nada mais faz do que trazer programas já existentes, como educação em tempo integral; expansão do ensino médio com a participação dos municípios; universidade para todos, que é o antigo Faz-universitário; programa de formação de professores, enfim, traz diversos programas que eram da gestão anterior, maquiados como se fossem desta gestão. E mais, traz programas do governo federal e os assume como paternidade do seu governo, o que não é verdade.

O mais interessante de tudo, deputado Gilberto Brito, é para quem teve interesse de ler até o último parágrafo a mensagem do governador na parte da

educação. Aqui o Exmº Sr. Governador traz, deputado Heraldo Rocha, em decorrência da implantação de política de ampliação de acesso a jovens oriundos de segmentos historicamente excluídos da educação superior, foi adotado o sistema de cotas nas universidades estaduais. Sistema de cotas em que a Uneb que foi uma das pioneiras, já havia adotado; a Universidade Federal da Bahia e diversas universidades federais e estaduais do Brasil todo, o governador Wagner diz que é uma conquista do seu governo, da sua prioridade para com a educação aplicar as cotas na Uneb, deputado Heraldo Rocha, mais de 10 anos depois que a Uneb, como pioneira, já o fez.

Então, para não tomar o tempo dos demais colegas, encerro aqui meu pronunciamento, Sr. Presidente, prometendo retornar a esta tribuna ainda na tarde de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Heraldo Rocha, *jabuti não sobe em árvore*. Ontem a noite o governo, que não confia na sua imensa base aliada de quase 50 deputados, engendrou mais um novo projeto, deputado Luiz de Deus, que foi comunicado pelo Líder do Governo ao Líder da Oposição, deputado Heraldo Rocha. É o projeto antitraição.

O governador disse, logo depois das eleições, que foi traído, e faz o projeto antitraição por não confiar ou no PMDB ou no PT. Projeto contra o PMDB, deputado Luiz Argolo e contra o PT. Projeto de resolução que altera o número de membros de cada comissão, de 8 para 9 deputados.

E aí eu pergunto a V.Exª - jaboti não sobe em árvore -: Qual a intenção?

O governo tem hoje em cada uma das comissões uma ampla maioria de 5 deputados contra 2 da Oposição e 1 do PR, que é um partido independente. O que há a temer?

Com as notícias de jornais de que Geddel pode ser candidato a governador, de que o PP não estaria satisfeito, por não cumprirem tudo o que foi acertado, deputado Luiz de Deus, aí inventa-se esse projeto para criar mais um membro em cada uma das comissões. Do jeito que está o governo só perde maioria nas comissões, se saírem os dois, o PMDB e o PP.

Esse projeto de resolução casuístico, depois de já iniciada a legislatura, e que a principal de todas as comissões da Casa, que é a Mesa Diretora, já foi eleita, cria-se mais um para se ter mais dificuldade ainda de quorum. A Comissão de Constituição e Justiça, nobre deputado Gaban, que V.Exª cobrou, devia estar se reunindo para discutir o projeto do Grupo Fisco. Não deu quorum esta semana, devia ter reunião ontem, mas não teve quorum. E o governo quer agora criar mais um cargo, é um projeto absurdo que atesta a desconfiança que tem com a sua própria base aliada. Mais uma vez vamos resistir.

Reconheço que existem alguns problemas que precisam ser discutidos com

relação ao Regimento desta Casa. Há uma comissão designada pelo presidente Marcelo Nilo, desde o início da outra legislatura, para discutir mudanças no Regimento. Fazer mudança em um ponto apenas porque o governo desconfia da sua base aliada, é uma questão casuística que não pode prevalecer neste Parlamento. Devemos reagir contra isso.

Mudando de assunto, hoje pela manhã, Srs. Deputados, recebi um telefonema do presidente do nosso partido, senador César Borges. Ele me pediu que anunciasse aos deputados e a esta Casa Legislativa que, na próxima sexta-feira, estará acompanhando o ministro Alfredo Nascimento numa vinda à Bahia. Ele estará em Salvador assinando ordem de serviço da via portuária e se dirigirá, numa homenagem especial ao senador César Borges, à sua terra natal, município de Jequié, para assinar ordem de serviço para recuperação de mais de 3 mil quilômetros da malha rodoviária federal no Estado da Bahia. Em seguida terá, na sexta-feira à noite, uma reunião - e um jantar -, ainda com a presença do ministro, com as Bancadas federal e estadual do Partido da República.

Ficamos satisfeitos com o anúncio da vinda do ministro Alfredo Nascimento, do nosso partido, na sexta-feira, à Bahia, acompanhado do senador César Borges, em especial a homenagem que prestará ao senador, escolhendo como palco do anúncio a melhoria de várias obras, não só em Jequié, mas a recuperação de 3 mil quilômetros da malha rodoviária federal no Estado da Bahia.

Parabéns ao nosso partido, ao senador César Borges e ao ministro Alfredo Nascimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, quero, inicialmente, saudar todos os presentes nas Galerias Paulo Jackson. Temos aqui as presenças do SindSefaz, dos fazendários acompanhando esta sessão plenária, do prefeito de Capela do Alto Alegre, Dr. Ney, prestigiando, acompanhando o trabalho desta Casa, do prefeito de Heliópolis, Waltinho, e da primeira dama, Elza, que está aqui, neste momento, prestigiando e valorizando o trabalho do Legislativo.

Contamos também com a importante presença do movimento sindical. Temos a honra de receber aqui o presidente do Sindicato dos Comerciários, Jaelson Dourado, que nos está prestigiando.

Entendo que esta Casa Legislativa precisa, efetivamente, da participação da sociedade civil cada vez mais. É importante que a sociedade acompanhe o trabalho do Legislativo aqui, nas Galerias, e também pela *TV Assembleia*, que é transmitida em canal fechado, mas também pode ser vista na internet. Esse é um grande avanço.

Então, em qualquer lugar do mundo, as pessoas podem assistir ao vivo às sessões plenárias, como esta, que está sendo transmitida. Entendo que a Assembleia Legislativa da Bahia se constitui numa instituição de grande importância para a sociedade.

Já tivemos grandes avanços aqui. Passamos períodos de grandes dificuldades em relação à discussão, ao debate devido à falta de transparência e de democracia, mas, hoje, avançamos muito. E um dos sinais do avanço da Assembleia Legislativa da Bahia é a própria *TV Assembleia*. Acho que a *TV Assembleia*, que deverá ser transmitida em canal aberto posteriormente, é um grande avanço para a sociedade.

Mas precisamos ir além. Um dos grandes problemas da Assembleia diz respeito à votação de projetos de parlamentares. Ainda quando era Líder da Oposição, na legislatura passada, ingressamos na Justiça com um mandado de segurança para que fossem votados projetos de parlamentares, porque esta Assembleia era a única do Brasil em que não se votava projetos de parlamentares. Quando cheguei aqui, isso me deixou bastante preocupado, sem entender o porquê dessa situação.

Quando assumi a Liderança da Oposição, ingressamos com um mandado de segurança. Na época, a Justiça determinou que fossem votados projetos de parlamentares. Juntando isso a um processo de negociação com o Líder Clóvis Ferraz, na época, conseguimos votar alguns projetos por acordo.

Mas entendo que o correto não é votar projetos por acordo, que o correto é votar os projetos de uma forma normal, tendo sua tramitação nas respectivas comissões, iniciando pela Comissão de Constituição e Justiça e passando pelas comissões temáticas, para que possamos ter a contribuição da sociedade, dos movimentos sociais, dos prefeitos e de outras entidades, para que possamos aperfeiçoar os projetos e votar os que, efetivamente, interessem à sociedade.

Portanto, quero, aqui, já que o tempo está acabando, mais uma vez, saudar todos os presentes, saudar o prefeito de Capela do Alto Alegre, Dr. Ney, o prefeito de Heliópolis, Waltinho, o presidente do Sindicato dos Comerciantes, Jaelson Dourado, o Sindsefaz, a primeira-dama de Heliópolis, Elza.

E temos aqui também Rita, do Movimento dos Sem-Teto, e o prefeito de Rodelas, Emanuel, prestigiando, acompanhando, temos aqui também outras representações, temos aqui... Rita já falei...

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a está adentrando o tempo do colega.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Estava dando uma saudação aos companheiros...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Queira concluir, por gentileza.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Vou concluir. Retornarei no Grande Expediente para falar nos meus 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Muito obrigado pela compreensão, Sr. Deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelos 4 minutos restantes.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, companheiros que nos dão a honra de nos visitar nas Galerias Paulo Jackson, estou a cada dia analisando a mensagem que o Exm^o Sr. Governador fez aqui na segunda-

feira passada, naquela sessão fúnebre, onde ele estava realmente macambúzio. Talvez porque tenha chamado de traidores os parlamentares que votaram contra o governo... O governador chamou! A Imprensa registrou! Estamos analisando a mensagem. Ontem analisamos a área de segurança, que foi aqui prontamente defendida pelo deputado Yulo Oiticica, o qual acredita que a segurança vai bem, assim como a situação dos direitos humanos. Agora nós vamos falar de saúde.

O secretário de Saúde do Estado foi à Rádio Metrópole hoje ao meio-dia, veja a pérola que ele disse: “Estamos há 15 anos com epidemia de dengue no Brasil.”, inicia a entrevista o Exmº Sr. Secretário. Que pérola. Se não fosse trágico seria cômico! São 222 pessoas acometidas de dengue por dia na Bahia. Municípios como Itabuna, Jequié, Itapetinga e outros estão em situação de quase epidemia. A dengue é a doença da omissão. É de responsabilidade do Estado, é de responsabilidade da sociedade civil, mas o comando do processo é do governo do Estado. Tivemos apenas um aumento de 3,9% de TSF, que é a unidade preventiva para que os profissionais de saúde sejam preparados e qualificados para combater a doença.

Tivemos uma redução do número de agentes comunitários. Qual o papel, deputado Pedro Alcântara, V.Exª que é médico, que deve ter a Secretaria de Saúde para que não ocorra uma epidemia? Prevenir, treinar, qualificar os agentes comunitários. Treinar, qualificar as equipes de saúde. E o nosso secretário diz que a dengue já existe há 15 anos. Quer que morra todo mundo. As emergências dos hospitais, tanto na capital como no interior, estão superlotadas. O ministro da Saúde do governo do presidente Lula aqui esteve no ano passado e disse que a Bahia teria uma epidemia de dengue em 2009. Só o secretário não sabe. Tivemos um aumento neste primeiro trimestre dos casos notificados de 274%, sobre os quais depois entrarei em detalhes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade): - Nobre Líder, gostaria de que V.Exª concluísse, uma vez que o tempo de 45 minutos do Pequeno Expediente já se exauriu.

O Sr. HERALDDO ROCHA:- Casos notificados são casos diagnosticados. Muitos pacientes não foram diagnosticados. Então esse índice ainda é muito pequeno.

Portanto eu queria dizer ao nobre secretário que sabemos que existe dengue há 15 anos, talvez mais, mas dengue epidemia e a morte de crianças por dengue hemorrágica está acontecendo no governo da Bahia por falta de competência gerencial do Sr. Governador que ainda está no palanque, que ainda não desceu para governar os baianos que o elegeram no primeiro turno.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, presentes nas

Galerias Paulo Jackson, inicialmente, gostaria de mais uma vez dizer que o nosso partido, reunido no último final de semana, tomou algumas deliberações importantes que dizem respeito a esse novo momento que estamos vivendo e também discutiu o processo eleitoral que se avizinha de 2010.

Nesse sentido, queremos registrar a presença do nosso partido em 18 municípios baianos. O nosso partido elegeu 18 prefeitos, dentre os quais o prefeito Isaac, da 4ª maior cidade do Estado da Bahia em população.

Temos presentes nas Galerias Paulo Jackson o Dr. Ney, prefeito de Capela do Alto Alegre, do PCdoB; Emanuel, prefeito do PCdoB, de Rodelas; Waltinho, prefeito do PCdoB, de Heliópolis. Elegemos também 18 vice-prefeitos e 150 vereadores. Além disso, o nosso partido está presente em 364 cidades.

Uma das deliberações mais importantes que tivemos foi apresentar o nome do nosso camarada histórico do PCdoB, Haroldo Lima, deputado federal por 5 mandatos, atual diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo. O nosso camarada Haroldo Lima é o nome do PCdoB para disputar uma das vagas ao Senado nas próximas eleições na chapa progressista e popular do Governador Jaques Wagner.

Entendemos que são 4 vagas na chapa majoritária e uma vaga já está preenchida naturalmente com a candidatura do nosso Governador Jaques Wagner a reeleição, ele que vem fazendo um excelente trabalho na área social, reduzindo as desigualdades sociais...

O Sr. Paulo Azi:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Exª está inscrito.

As 3 vagas restantes naturalmente serão de partidos diferentes. E uma dessas vagas o PCdoB entende que tem cacife suficiente para ocupar uma dessas vagas.

Portanto, a base partidária como a história do nosso partido, tanto o candidato quanto o nosso partido estão respaldados para ocupar uma vaga no Senado.

O Sr. Paulo Azi:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Paulo Azi, rapidamente, porque tenho vários outros assuntos aqui, esse aqui é apenas um deles.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Álvaro Gomes, é com satisfação que eu vejo V.Exª anunciar a candidatura do ex-deputado Haroldo Lima para o Senado da República. Não tenho dúvida, deputado Álvaro Gomes, que o ex-deputado Haroldo Lima tem toda as condições ética, moral e intelectual de bem representar a Bahia no Senado da República.

Só espero que dessa vez o PCdoB não faça o que sempre tem feito no passado, de colocar um candidato apenas para fazer negociação. Espero que dessa vez, efetivamente, o nome de Haroldo Lima, até pelo respeito e pela história política que tem, não sirva para uma negociação política lá na frente.

Então, quero parabenizar o partido de V.Exª por essa escolha, por essa indicação e quero crer, quero ter certeza de que dessa vez, finalmente, o PCdoB vai às urnas com os seus candidatos para o julgamento do povo baiano.

Parabenizo a V.Exª.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Meu caro deputado Álvaro Gomes, agradeço a V.Ex^a pelo aparte que é no mesmo sentido do deputado Paulo Azi, para dizer da grandeza do nome que V.Ex^{as} submetem ao povo baiano, o nome do ex-deputado Haroldo Lima que precisa ser respeitado.

Espero que o PT, principal parceiro de vocês, saiba dessa vez reconhecer a parceria que tem sido feita pelo Partido Comunista do Brasil ao longo de todo o tempo e reconheça que merece fazer parte da chapa o PCdoB com o ex-deputado Haroldo Lima.

Gostaria de alertar V.Ex^a apenas num ponto: se V.Ex^{as} não tiverem disposição de lançar sob qualquer hipótese um candidato e tomar posição, o PT vai fazer com vocês o que fez sempre, alijar do processo eleitoral compondo com outros aliados menos confiáveis, porque tem V.Ex^{as} como seguidores sob qualquer hipótese e coadjuvantes de projeto político do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Deputado Paulo Azi, deputado Elmar Nascimento, a preocupação de V.Ex^{as} é justa, mas é preciso que V.Ex^{as} entendam o seguinte: a essência da política é o diálogo. O PCdoB é um partido que foi fundado em 1922 e mantém os seus princípios intactos durante todo esse processo, seja no momento da ditadura militar, no momento de repressão, no momento de maior liberdade.

O nosso partido tem como objetivo estratégico a construção do socialismo no Brasil e como objetivos táticos, buscar que esse processo seja o mais rápido possível. O diálogo é a arte da política. A política pressupõe o diálogo e, naturalmente, a candidatura do nosso camarada Haroldo Lima é para valer, é uma candidatura forte, respaldada, que nós esperamos que se constitua em realidade. Agora, a política é a arte do diálogo, do debate, da discussão porque existem muitas e muitas lideranças que disputam a mesma vaga e esse diálogo precisa ser feito. Não existe nada de anormal no diálogo.

Agora, só para mostrar a V.Ex^{as}. que o nosso partido mantém os seus princípios: o partido faz aliança quando a mesma vai significar um avanço para a população; quando não é possível fazer aliança, nós lançamos as nossas candidaturas. É o caso de Juazeiro, pois havia PT e outros partidos. Nós lançamos a nossa candidatura para valer, foi vitoriosa, e Juazeiro será uma referência no estado da Bahia. Lançamos a nossa candidatura até o fim. Alagoinhas também, pois lançamos a nossa candidatura até o fim.

O Sr. Gilberto Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Agora, a política é arte do diálogo e nós temos de dialogar senão não teria sentido o Parlamento.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Álvaro Gomes, eu quero aproveitar o ensejo enquanto V.Ex^a está na tribuna para, ao mesmo tempo, cumprimentar alguns companheiros e partidários de V.Ex^a dentre os quais o prefeito de Capela, Dr. Nei. Eu quero aproveitar desta oportunidade e, por justiça, dizer àqueles que o acompanham politicamente, do parlamentar e do homem que V.Ex^a representa. Sabemos que é um

homem digno, honrado e enobrece a atividade pública e, sobretudo, a atividade política. Continue do seu jeito.

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Muito obrigado, deputado Gilberto Brito. A recíproca é verdadeira e agradeço as considerações de V.Ex^a.

Com o aparte, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Deputado Álvaro Gomes, entendo os questionamentos do deputados Elmar e Paulo Azi – companheiros nossos – como uma provocação a V.Ex^a. Todo mundo sabe que o jogo da política não é colocar uma candidatura e a mesma ser determinante. Quem engole corda é cacimba – com se diz no interior, não é? É uma provocação no sentido... Nada mais justo uma candidatura – eu conheço há muito – a figura extraordinária da política baiana que é Haroldo Lima. Isso é incontestável, com o seu currículo político, com a sua capacidade de atuação política e o exercício dos mandatos por onde passou e as empresas que dirigiu. É uma figura extraordinária e eu entendo que a Bahia estaria bem representada no cenário nacional em nível de Senado brasileiro com a figura extraordinária do ex-deputado que é uma figura *top* de linha do PCdoB do Brasil, convicto, etc. Então, isso é indiscutível.

As questões de ordem política serão os entendimentos que se farão daqui para frente. Em Juazeiro foi posta uma candidatura do PCdoB que tinha 4% nas pesquisas. Escolheu-se o candidato ideal. Procurou-se discutir a candidatura. Desde o primeiro momento, eu me postei como não candidato e não apoiaria o candidato a prefeito de então Misael Aguilar por questão de ordem política.

Fizemos uma aliança política. O PCdoB tem sido correto conosco; como o nosso partido – o PR – tem sido correto com o PCdoB. Compusemos uma chapa que levou na cabeça a figura de Isaac Carvalho, um jovem empreendedor de Juazeiro, amigo nosso de muito tempo e levou, como vice, a nossa esposa, Maria Gorethe que já havia sido prefeita de Juazeiro. Era a chapa ideal. E, no próximo dia oito de março, em homenagem às mulheres, ela assume a prefeitura de Juazeiro para assinar algumas leis com relação ao tratamento dispensado às mulheres de Juazeiro.

Portanto, o PCdoB é um parceiro sério, é um parceiro correto. Não tenho queixa desta aliança que fiz em Juazeiro que é a minha terra natal também; onde o prefeito da terra onde eu nasci é do PC do B, primo, colega médico e afilhado de batismo. Então, esta aliança foi boa para o município e eu sou testemunha disso. Portanto, se for viabilizada, politicamente, a candidatura de Haroldo Lima, não tenho dúvida nenhuma de que ele chegará ao Senado, porque tem currículo para tanto.

Portanto, esta questão de manter ou não a candidatura não é negociata. O PCdoB não é um partido capaz de fazer negociata, porque eu o conheço historicamente. Fui companheiro aqui desde o tempo de Luiz Nova, desde o tempo de Vandilson Costa, passando por outros deputados excelentes como V.Ex^a, agora, representa muito bem e é um deputado competente. Por isso, é um partido que tem história e pode fazer aliança política. Porém, não é determinante se construir uma candidatura e ela ir até o fim. Vai depender das articulações, das questões de ordem política e nós que militamos na política sabemos disso.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Incorporo todos os apartes ao meu discurso e concordo com o nobre deputado Pedro Alcântara. Naturalmente, um processo eleitoral passa por uma rica discussão. Seria antidemocrático já sair predeterminado o que vai acontecer, até porque existe o processo eleitoral, a discussão. Existem várias questões para serem analisadas. Uma coisa é certa: o PCdoB aposta no avanço e no progresso. O PCdoB enxerga a floresta, e não as árvores. O PCdoB enxerga o coletivo, e não o individual. E tudo aquilo que for para beneficiar a coletividade, mesmo que o PCdoB tenha de se sacrificar, ele fará, porque o seu princípio básico é a construção de uma sociedade justa e democrática. De uma sociedade socialista.

Para encerrar esta parte, mais uma vez quero registrar aqui a presença de Sílvio, do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Bahia, Joelson Dourado, do Sindicato dos Comerciantes, Dr. Ney, do PCdoB, prefeito de Capela do Alto Alegre, que vai transformar aquela cidade numa referência; assim como Waltinho, que igualmente transformará Heliópolis numa referência, e Emanuel, que tornará uma referência Rodelas. Aliás, as prefeituras do PCdoB serão referências não apenas no Estado da Bahia, mas também nacionalmente. Serão prefeituras que farão administrações exitosas, em defesa das suas populações, para que possamos construir uma nova sociedade.

Gostaria agora de abordar outros temas. Um deles está colocado na primeira página do jornal *A Tarde* com a manchete “*Deputados e bispo estão marcados para morrer*”.

Quero neste momento prestar toda a minha solidariedade ao nobre colega deputado Getúlio Ubiratan, do PMN, ao deputado Uldurico Pinto e ao bispo de Teixeira de Freitas, que estão ameaçados de morte. A situação naquele município é realmente grave, já foram 6 assassinatos, entre eles os do ex-deputado Maurício Cotrim e da sua viúva, Regina, sendo este o sexto. E agora o nosso colega Getúlio Ubiratan se encontra ameaçado de morte, assim como o deputado Uldurico Pinto e o bispo.

Não podemos tolerar esse tipo de abuso, de violência. Sem dúvida nenhuma, a Secretaria da Segurança Pública tomará todas as providências buscando identificar os assassinos e puni-los rigorosamente para que tais crimes não voltem a ocorrer. Portanto, Getúlio Ubiratan, nobre colega, receba a minha solidariedade, assim como o bispo Dom Carlos e o deputado federal Uldurico Pinto.

Gostaria ainda de abordar um outro tema relacionado ao movimento sindical, exatamente ao Sindicato dos Metalúrgicos. Estamos observando que a metalúrgica Novellis, com sede principal em Atlanta, nos Estados Unidos, tem hoje 12.900 trabalhadores e é a líder mundial em laminados de alumínio. Trata-se da antiga empresa Alcan e tem filial também aqui no Estado da Bahia. Está localizada em Aratu e fez um acordo com os trabalhadores metalúrgicos, valendo por 20 anos. Esse acordo pressupõe a jornada de trabalho reduzida para 36 horas semanais. É um acordo que está em vigor e, agora, de forma autoritária, unilateral, a empresa tenta rompê-lo, alterando e aumentando a carga horária dos operários sem o diálogo, sem

discutir, de forma totalmente arbitrária e unilateral.

Os operários estão mobilizados para, se necessário, deflagrarem uma greve contra esses abusos da Novelis, a qual é uma grande empresa, é lucrativa, não tem a necessidade de precarizar ainda mais as condições de trabalho dos seus operários.

Quero prestar a minha solidariedade ao Sindicato dos Metalúrgicos, aos trabalhadores, aos operários e dizer que estamos firmes na mobilização que eles estão fazendo para que esse acordo não seja descumprido, não seja rasgado, de forma unilateral e arbitrária..

Quero também abordar um tema que é bastante polêmico, mas é preciso que esta Casa tenha uma discussão amadurecida, profunda, entenda o projeto e qual é o debate, para que possamos votar em algo de forma consciente. É o projeto do Fisco, em que há uma grande polêmica. De um lado, o IAF argumenta que os agentes de tributos serão transformados em auditores fiscais e também que, com esse projeto, as pequenas empresas serão sufocadas.

Eu queria chamar a atenção aqui, naturalmente, os deputados leram o projeto, mas sempre é bom ler mais de uma vez, ler várias vezes para realmente constatar que, em nenhum momento, no projeto, existe a possibilidade de acontecer isso que o IAF está divulgando. Ninguém seria, ainda mais o governo democrático, preocupado com a sociedade, com um segmento que é a microempresa, nenhum projeto chegaria aqui, deste governo, para prejudicar os pequenos empresários, as microempresas, as médias empresas, para prejudicar um dos segmentos que mais geram emprego no Brasil e na Bahia. Portanto, não é correta afirmação do IAF de que, com essa modificação, essas empresas serão prejudicadas. Também não é correto essa ideia de que os agentes de tributos se transformarão em auditores fiscais. Inclusive, era até desnecessário, mas só para acabar com esse discurso, fiz aqui uma emenda, que fica da seguinte forma:

Artigo 3º - Fica acrescentado ao Parágrafo Único do artigo 7º da lei 8.210, de março de 2002, o seguinte teor: Parágrafo Único – o agente de tributos estaduais em nenhuma hipótese será enquadrado como auditor fiscal sem prévio concurso público.

Então, para acabar com esse discurso, coloca-se logo no papel, na lei. Aí, acaba. Quero ver o discurso agora, quero ver onde é que vai ficar o discurso. Aqui, deixamos claro. Além do mais, é importante ressaltar o seguinte: as atribuições são inversas, não apenas a questão da constituição de crédito.

Convém destacar que “cabe aos agentes, além da nova atribuição...” – é apenas mais uma atribuição, prestem atenção – “(...) arrecadar receitas estaduais; efetuar vistorias e diligências para coleta de informações e documentos; realizar contagem física de estoques e examinar a respectiva documentação fiscal; coordenar e executar atividades de apoio técnico especializado na área tributária; executar atividades de captação, guarda e distribuição de recursos públicos estaduais; executar atividades de administração das aplicações no mercado financeiro dos recursos públicos estaduais, da dívida pública estadual e do patrimônio de títulos imobiliários do Estado; executar atividades relativas à operacionalização...”

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre presidente Rogério Andrade, o próximo tempo é do PCdoB e eu utilizarei mais 5 minutos para concluir o meu raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Dentro do tempo do Horário das Representações Partidárias do PCdoB? Então V.Ex^a pode continuar.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Só preciso de 5 minutos, depois o nobre deputado Valdeci utilizará o restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Por mais 5 minutos?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Isso.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Prosseguindo: “(...) do sistema financeiro e da contabilidade; efetuar a execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil do Estado; subsidiar a elaboração de programação financeira do Estado; subsidiar a elaboração de demonstrativos contábeis do balanço geral do Estado, bem como os exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal; planejar, coordenar, executar as demais atividades de apoio técnico especializado inerentes ao funcionamento da Secretaria da Fazenda nas áreas financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, previdenciária, tecnológica, recursos humanos e de administração geral; executar atividades que auxiliem o auditor fiscal no exercício de suas atribuições.”

Portanto, a atribuição do agente de tributos é muito mais ampla do que constituir crédito. São todas essas que eu falei aqui e mais uma nova atribuição, que seria a constituição de crédito das pequenas empresas e de mercadorias em trânsito. Enfim, é apenas mais uma função.

Esse projeto pretende aperfeiçoar o sistema do Fisco no Estado da Bahia, para assim melhorar o serviço prestado à sociedade, inclusive às pequenas, médias e grandes empresas. Em nenhum momento, muito pelo contrário, o objetivo desse projeto é transformar o agente de tributos em auditor fiscal.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Álvaro Gomes, agradeço o aparte.

Talvez V.Ex^a não estivesse aqui, eu não me recordo, anteontem, quando eu fiz um discurso, no Grande Expediente, e apresentei para conhecimento da Casa o pronunciamento do Ministério Público – que, inclusive, se tornou uma recomendação ao Exm^o Sr. Governador, Dr. Jaques Wagner – dizendo que esse projeto é inconstitucional. Trouxe também um parecer da OAB contendo várias considerações e afirmando, assim como o MP, que é inconstitucional.

Trouxe ainda uma Adin, Ação Direta de Inconstitucional, que foi votada pelo Supremo Tribunal Federal no dia 18 de dezembro – data, é lógico, posterior àquela em que o governador Jaques Wagner encaminhou esse projeto –, dizendo que é inconstitucional. Então já há jurisprudência.

Só para finalizar, já que não pretendo tomar todo seu o tempo, até porque tratarei desse assunto ainda hoje, devo dizer que todos eles dizem, em vários itens, que depois da promulgação da Constituição de 1988 ficou proibido, vedado o acesso a outro cargo, a outra categoria sem o concurso público. Então esse projeto é inconstitucional por vários motivos, mas o principal é este: a Constituição de 1988

proíbe o acesso a outra categoria sem concurso público, o que aliás é uma bandeira que o PCdoB sempre defendeu, a realização de concurso público para ascensão a outro cargo. Eu agradeço o aparte que V.Ex^a me concedeu.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Até porque a análise que o Ministério Público, provavelmente, está fazendo, ou que o promotor fez, ou a OAB, ou o advogado, está partindo do pressuposto de que os agentes de tributos serão transformados em auditores fiscais.

Evidentemente que se é esse o pressuposto, essas colocações, esses pareceres tendem a considerar inconstitucional, mas em nenhum momento o projeto coloca a transformação dos agentes de tributos em auditores fiscais.

Então, isso não está colocado em questão, e para ficar mais claro ainda vou ler, novamente, o artigo: “O agente de tributos estaduais em nenhuma hipótese será enquadrado com auditor fiscal sem prévio concurso público”. Mais claro do que isso é impossível, é a Lei. Mais claro do que isso é impossível, é impossível.

Neste caso, é preciso saber qual é a questão, porque essa questão...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) além de estar clara no conjunto do projeto, está clara nesta emenda que eu fiz para que não reste nenhuma dúvida. Portanto, considero que este é um projeto de lei interessante e importante para a sociedade, e esse é um ponto de vista baseado em um pressuposto que não existe, a questão da inconstitucionalidade.

(Não foi revisado pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban- Sr. Presidente, embora eu vá tratar deste assunto no horário que estiver reservado aos nossos partidos, falarei agora, pois isso diz respeito à imagem da Assembleia Legislativa, na medida em que esta Casa tem conhecimento de que já houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto de um projeto que está tramitando aqui na Casa, cujo prazo para apresentação de emendas termina amanhã, há um parecer da Procuradoria do Ministério Público do Estado, que se tornou, inclusive, uma recomendação ao governador do Estado da Bahia, dizendo que é inconstitucional, da mesma forma que a Adin lá em Brasília, em 18 de dezembro, tornou o projeto do Ceará inconstitucional.

Eu preciso fazer a ressalva, deputado Álvaro Gomes, de que no momento, nessa primeira etapa, os agentes de tributo se transformarão em auditores fiscais. As atribuições dos auditores fiscais são muito claras. Quando eles prestaram concurso público, foi exigido dos auditores fiscais nível superior de escolaridade. Eu não quero dizer que os agentes de tributo não têm a competência. Têm, é lógico que têm!

A Secretária da Fazenda do Estado da Bahia é a mais competente do Brasil, mas cada um com a sua atribuição. Cada um prestou concurso público apresentando títulos que foram necessários. Então, não pode um agente de tributos, com a maior

competência que tenha, e não quero entrar nesse mérito, ter atribuições de auditor se não prestaram concurso público para exercer atividade inerente aos que tem nível superior, ou seja, atividade do auditor fiscal.

Então, Sr. Presidente, a sugestão que eu dou, e naturalmente V.Ex^a a apresentará ao presidente Marcelo Nilo e às Lideranças desta Casa, para dirimir qualquer dúvida e ampliar o debate, apesar de já termos a decisão de uma Adin do Supremo Tribunal Federal, que foi proferida no dia 18 de dezembro, considerando inconstitucional a mudança, opinião essa compartilhada pelo Ministério Público e pela OAB, é que nós discutamos sem paralisar a tramitação do projeto.

Por que não convocamos uma audiência pública que traga aqui o Ministério Público e a OAB para dizerem por que consideram o projeto inconstitucional? Que venha aqui o Sindsefaz e o IAF para apresentarem as suas razões, que venha o procurador geral do Estado, pois foi ele que avocou para si esse projeto e o encaminhou para a Assembleia, debater com a OAB e o Ministério Público e apresentar as razões, porque a gente não pode, tendo o conhecimento que é inconstitucional, dar andamento nisso. Sr. Presidente, se for necessário, para que a Casa não cometa um absurdo jurídico, sabendo que é inconstitucional, não darei andamento nessa tramitação, eu irei aonde me cabe como parlamentar, já que não teria o poder de convencimento, irei à Justiça que terá, mais uma vez, de inferir nos projetos desta Casa, o que seria lamentável.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de sugerir a V.Ex^a que converse com o nosso querido presidente Marcelo Nilo, para que ele convoque as lideranças desta Casa e definam a tramitação que terá esse projeto, para que a gente não venha, com conhecimento prévio da inconstitucionalidade, dar andamento a um projeto dessa natureza.

Acho que o mais sensato para a Casa, deputado Álvaro Gomes, seria um amplo debate. Vamos chamar o procurador-geral do Estado, porque foi ele que avocou para si, repito, a responsabilidade de encaminhar esse projeto, depois a Secretaria da Fazenda pediu. Vamos chamar o Ministério Público, a OAB e os dois sindicatos: IAF e Sindsefaz. Aí, sim, teremos a decisão final, apesar de já termos jurisprudência a esse respeito.

Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente, para evitar que a Casa cometa um ato irregular e inconstitucional, porque temos que preservar; juramos preservar o que determina a nossa Constituição. Quando temos o nosso diploma dado pelo Tribunal Eleitoral, fazemos o juramento de respeitar a Constituição, e nesse caso, tendo conhecimento de que é inconstitucional, estaríamos quebrando o juramento que fizemos no dia de nossa posse.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o grande discurso da Oposição, hoje governo, no passado sempre foi a proporcionalidade da representação da Mesa Diretora desta Casa, e fico muito feliz ao ver dois membros da Oposição eleitos por

nós para a primeira e segunda Vice-Presidência. Mas cabe ao segundo vice-presidente apenas substituir o presidente; substituí-lo, quando V.Ex^a estiver ausente. Portanto, para que seja mantida a proporcionalidade da representação partidária, solicito a V.Ex^a que peça ao vice-líder do governo para indicar um dos seus membros, e desta forma possa compor e recompor a proporcionalidade da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito ao deputado Álvaro Gomes que indique, por gentileza, um deputado da Bancada da Maioria para que a proporcionalidade seja recomposta.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria da Casa.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a solicitasse ao nobre deputado Álvaro Gomes que fizesse a composição da Mesa. Nós estamos com o deputado Fernando Torres...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado, este é o objeto da questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Heraldo Rocha:- Desculpe-me, Sr. Presidente, eu estava ao telefone.

O Sr. Gilberto Brito:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, deputado Rogério, o deputado Álvaro Gomes, no seu pronunciamento, teceu comentários quanto às questões da Secretaria da Fazenda. O deputado Gaban, por sua vez, fez uma questão de ordem contra-argumentando. Talvez os que estejam no momento participando das galerias desconheçam que essa é das pouquíssimas vezes que a Casa debate um tema, onde um deputado falando a respeito de um assunto visa a um aspecto de ordem legal, e outro argumenta de ordem diversa. Portanto, quero cumprimentar os deputados Álvaro e Gaban.

Quero aproveitar a oportunidade e dizer que tomara que esta semente prospere na Casa, discutindo alguma coisa que possa ser resolvida com uma consequência realmente de ordem social. Muito obrigado.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem ao nobre deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, se eu não estiver correto V.Ex^a pode depor, a proporcionalidade da Mesa está mantida. Pelo Regimento, primeiros membros da Mesa. Os dois membros que estão são da Mesa, tanto o deputado Rogério como V.Ex^a, e o PMDB faz parte da maioria. Então, a proporcionalidade da Mesa está mantida.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Pedro Alcântara, o deputado Rogério Andrade, que substitui, nesta tarde, o presidente Marcelo Nilo, é filiado ao Democratas. Por conta disso, a Mesa está composta por três membros, sendo dois da Oposição e um da Bancada do governo, visto que o PMDB faz parte da

Base governista.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sem querer polemizar com V.Ex^a, até porque o Regimento não permite, peço-lhe que abra uma exceção.

Temos dois membros eleitos na composição da Mesa. De preferência, compõem a Mesa os membros eleitos, e tanto V.Ex^a como o deputado Fernando Torres foram eleitos, recentemente, membros da Mesa Diretora. Então, de preferência, compõem a Mesa, primeiro, os membros eleitos presentes ao Plenário, e mantém-se a proporcionalidade, haja vista que não sei se a deputada está sem partido, mas consta-me que ela está filiada ao PMDB, mas se não o é, tudo bem. Repõe-se, porque se trata de uma deputada sem partido, não sei. Agora, preferencialmente compõem a Mesa os membros eleitos.

Outra coisa: não quis levantar essa questão de ordem, porque a proporcionalidade foi quebrada no dia da eleição da Mesa Diretora, tendo em vista que os maiores partidos da Casa, como o PT, o PMDB, o PR, não fazem parte da Mesa Diretora da Casa. Essa proporcionalidade foi quebrada no Plenário no dia da eleição da Mesa Diretora. Logo, está quebrada proporcionalidade. Então, a quebra da proporcionalidade foi iniciativa de vários partidos da Casa, a exceção do DEM. Então, se formos caminhar por aí, a questão vai muito mais longe. Se eu estiver errado, V.Ex^a me corrija. O PT não faz parte da Mesa, o PMDB e o PR também não! Então, existem duas vagas, pois partidos menores estão compondo a Mesa. Então essa proporcionalidade foi quebrada no Plenário no dia da eleição da Mesa Diretora, comissão mais importante desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Pedro Alcântara, antes de passar a questão de ordem ao deputado Elmar Nascimento, gostaria de informar a V.Ex^a que todas as vezes que eu estiver presidindo a casa prezarei o Regimento Interno da Casa, que prima... e diz que é imprescindível e necessário que a proporcionalidade seja respeitada.

Todas as vezes que o deputado Marcelo Nilo está presidindo esta Casa, na condição legítima de presidente, a interpretação que sempre demos, durante todo o período, é que contamos o nobre presidente como da Base da Maioria, porque o PSDB faz parte da Base do governo, e fazemos a análise e avaliação dos outros membros, a depender de quem esteja na Mesa, para mensurar a proporcionalidade.

Mas com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, dentro desse assunto, para contraditar, queria, em primeiro lugar, informar que proporcionalidade só não foi cumprida na eleição da Mesa com relação ao PR, que teria direito a um membro pela eleição, porque, infelizmente, os deputados entenderam assim. Mas, a partir do momento que participam da formação de um único Bloco de Maioria, O PT e o PMDB estão contemplados com os cinco cargos que ocupam. Não se olha partido por partido, mas, de acordo com o Regimento, presidente, o PT e o PMDB estão contemplados quando existem cinco cargos da Maioria. Os três da Maioria, pela proporcionalidade, na eleição da Mesa Diretora, também estão contemplados, porque, no dia da eleição da Mesa Diretora, o Democratas teria direito em todas as comissões, pelo resultado da

eleição, conforme decidiu o Pleno do Tribunal de Justiça, a dois membros, e está representado por V.Ex^a e pelo deputado Júnior Magalhães, e o Independente, que era o Bloco PR/PRTB, que estava constituído no dia da eleição, está representado pela figura do nosso querido deputado Fernando Torres. Portanto, até isto os deputados tiveram a sabedoria de fazer: obedecer ao Regimento quanto à proporcionalidade, ou seja, o Bloco da Maioria com cinco membros, o Bloco da Minoria com dois membros, conforme o resultado da eleição, e o Bloco Independente, que existia no dia 02 de fevereiro, formado pelo PR/PRTB, representado por um dos seus membros naquela época, o deputado Fernando Torres.

Ademais, pelo princípio da hierarquia das leis, Sr. Presidente, a Constituição Federal e a Constituição Estadual, que estão acima do Regimento, impõem a proporcionalidade na representação partidária da Mesa Diretora. Mesmo que o Regimento previsse em sentido contrário, haveria, pelo princípio da hierarquia das leis, que se respeitar, em primeiro lugar, a Constituição Federal e, em segundo lugar, a Constituição Estadual.

E mesmo assim, Sr. Presidente, o Regimento dispõe que a atribuição do 1º vice-presidente é apenas substituir o 2º vice-presidente e o presidente em suas ausências, sendo obedecida a gradação regimental. Nunca substituir alguém hierarquicamente inferior dentro da hierarquia da Mesa Diretora, como é o caso do 2º secretário. O 2º vice-presidente, dentro de sua atribuição escrita no Regimento Interno, não poderá substituir o 2º secretário.

Está aqui o art. 39, que fala das atribuições: “§ 1º - Os Vice-Presidentes substituirão o Presidente, segundo a gradação hierárquica, e os Secretários substituir-se-ão entre si, pela mesma forma, podendo substituir o Presidente à falta de Vice-Presidentes.”

Pode o 2º secretário substituir o presidente na falta de vice-presidentes, nunca o inverso, Sr. Presidente, que é o 2º vice-presidente ser obrigado a substituir alguém que, na gradação hierárquica, tem cargo inferior ao seu na Mesa Diretora.

Portanto, é importante a decisão de V.Ex^a, que só tem a obrigação, na Mesa, de substituir o presidente Marcelo Nilo. E o deputado Fernando Torres só tem uma única obrigação com a Mesa Diretora: substituir o presidente Marcelo Nilo na ausência dele e de V.Ex^a, deputado Rogério Andrade.

Eram estas as considerações que julguei necessário fazer nesta questão de ordem, com o máximo respeito que tenho à experiência e à figura do deputado Pedro Alcântara, contraditando a questão de ordem dele.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concederei à V.Ex^a, deputado Pedro Alcântara, a última questão de ordem para tratar desse assunto, uma vez que, para a Presidência já está claro o assunto. E posso, mais uma vez,... Já foi lido pelo deputado Elmar Nascimento, mas posso, mais uma vez, se V.Ex^a assim o desejar, ler o art. 39 e seus incisos, que não deixam dúvidas a respeito desse assunto. Mas darei, pela última vez, a questão de ordem a V.Ex^a para tratar deste tema.

O Sr. Pedro Alcântara:- Pela última vez neste tema, não é, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Neste tema, fui bastante claro.

O Sr. Pedro Alcântara:- Veja, Sr. Presidente, quando se fala em proporcionalidade, nosso Regimento, e eu preciso estar com o Regimento na mão... Inclusive, venho defendendo sua reformulação total, completa, porque ele é anterior à Constituição Estadual. Todos nós entendemos que precisamos, realmente, rever nosso Regimento Interno, pois ele é muito conflitante e muitas praxes são aplicadas aqui, na Casa, à sua revelia.

Quando se fala em proporcionalidade, fala-se não em questão de Maioria e Minoria, mas em proporcionalidade partidária, da representação dos partidos na Mesa ou nas comissões. Não é questão de Maioria do governo ou Minoria; não reza esta figura. A questão é partidária. Esta é uma Casa plural, então, a proporcionalidade tem que ser embasada nos partidos políticos. E eu reafirmo aqui que a proporcionalidade foi quebrada em relação aos partidos políticos. Existem partidos grandes nesta Casa, como PT, PMDB e PR, que não estão na Mesa Diretora.

Esta é a prova cabal e irrefutável da quebra da proporcionalidade que foi feita pelo nosso Plenário, que está acima do Regimento. Qualquer decisão do Plenário tem que ser obedecida. Eu fui deputado constituinte, e é claro que a nossa Constituição está acima do Regimento Interno e que a Constituição Federal está acima dela. Embora, nós, deputados constituintes estaduais...

Inclusive, estou propondo a criação de uma comissão, pois a nossa Constituição Estadual está fazendo 20 anos agora, para promovermos este ano como o ano de revisão de nossa Constituição.

É urgente a revisão do nosso Regimento Interno, Sr. Presidente, para que não haja conflitos. Isso não é questão maior de compor ou não compor a Mesa.

Eu sou um deputado sempre presente a este Plenário, fui vice-presidente e secretário, e só não ocupei a Presidência desta Casa.

A proporcionalidade está restabelecida na ótica daqueles que assim acham. Mas eu entendia, na minha convicção plena, que a proporcionalidade estava na Mesa, porque acho que quem é eleito para a Mesa, não importa se para vice-presidência ou secretaria, tem que estar aqui, como V.Ex^a sempre está aqui. Eu parablenizo a sua presença constante.

Então, a ordem preferencial é de quem foi eleito para a Mesa Diretora, sem deixar de seguir a sequência de substituição de vice ou secretário. Na ausência dos vices, os secretários são convocados para assumir, porque foram eleitos para a Mesa Diretora.

Se poder-se-á convocar alguém que não seja da Mesa, lá, na reunião dos 8 deputados da Mesa Diretora, então, a questão é por analogia. O deputado falou em tese, não falou embasado no Regimento Interno. Eu estou falando por analogia, já que ele falou em tese, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua compreensão e tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, na realidade houve várias questões de ordem. No tempo do PCdoB eu utilizei 5 minutos, e o deputado Valdeci queria utilizar os 5 restantes. Mas faço agora a seguinte reformulação: ele vai falar 10 minutos no tempo do PP, e vou continuar nos cinco do PCdoB. E após a fala dele a gente vê essa questão da Mesa, se o deputado Valdeci se propõe a ficar nela.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos restantes do horário do PCdoB.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, estou retornando mais uma vez aqui para dizer que essa questão do Fisco vem sendo discutida já há algum tempo. Nós tivemos uma audiência pública em 2005, da qual tive a oportunidade de participar, e este Plenário estava superlotado. Estavam auditores fiscais, fazendários, o Sindsefaz, todos os representantes do IAF, que ainda não existia na época. Naquela oportunidade havia uma unanimidade quanto à carreira única, inclusive. Todos eram a favor, pelo menos naquela audiência realizada nesta Casa. Não houve uma voz contrária.

Recentemente foi realizada uma nova audiência pública, na qual este debate voltou a acontecer, e aí foi bastante polêmico, pois os representantes do IAF se colocavam contrários, o Sindsefaz, os fazendários, não apenas os agentes de tributos. E é importante ressaltarmos o seguinte: não são somente os agentes de tributos que defendem esse projeto de lei, pois auditores fiscais vieram a esta tribuna, diversos deles de várias regiões, para defendê-lo também. Ele tem como modificação principal a constituição de crédito para a mercadoria em trânsito e as pequenas empresas. Essa é a mudança básica. Mas entendo que não procedem as duas argumentações centrais que vêm sendo colocadas. Seria preciso colocar uma argumentação mais sólida, com mais fundamentos, porque dizer que o agente de tributos vai sufocar as micro e pequenas empresas não procede, não tem o menor sentido. Igualmente não tem o menor sentido dizer que os agentes de tributos vão se constituir em auditores fiscais. Não tem o menor sentido!

O Sr. Luiz de Deus:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Permito.

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Deputado, eu tenho certeza de que V.Ex^a entende perfeitamente disso, certo? Talvez esteja querendo apresentar uma tese que não tem nenhum fundamento e sabe perfeitamente onde é que querem chegar com essa mudança de rotina no trabalho. Na hora em que V.Ex^a torna assemelhada ou idêntica a rotina de trabalho, o que significa que tanto auditor fiscal quanto agente de tributos irão fazer a mesma coisa, V.Ex^a sabe perfeitamente que isso é apenas um pulo para todos entrarem na Justiça pedindo a passagem para auditores fiscais, porque fazem exatamente a mesma coisa, não existe nenhuma diferença, deputado. V.Ex^a tem que acabar com essa tese, porque aqui não existe nenhum babaca.

Agradeço o aparte que V.Ex^a me concedeu e peço desculpas pela veemência. V.Ex^a me conhece, peço que me perdoe pela veemência do meu aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, embora discordando

profundamente. A argumentação de V.Ex^a não tem nenhum sentido.

Vou ler pela 3^a vez a emenda que fiz e que diz o seguinte: O agente de tributos estaduais, em nenhuma hipótese, será enquadrado como auditor fiscal sem prévio concurso público. Além do mais, existe aqui uma série de outras atribuições do agente de tributos. A atribuição do agente de tributos não é apenas a questão da constituição de crédito, pelo projeto de lei da mercadoria em trânsito, existem várias outras atribuições. Portanto, não são as mesmas atribuições e não pode ser enquadrado como a mesma coisa.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- A Mesa Diretora gostaria de saudar a presença do presidente da União dos Prefeitos da Bahia, o grande prefeito de Bom Jesus da Lapa, muito bem acompanhado de senhores vereadores daquele município. Nos seis anos em que estou aqui neste Parlamento, é a primeira vez que temos a honra de ver, nas Galerias da Assembléia Legislativa, o presidente da UPB a contemplar e a assistir aos nossos trabalhos. De modo que a Mesa Diretora saúda e agradece a presença de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao representante do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- O deputado Professor Valdeci falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Professor Valdeci pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Deputados; todos que estão assistindo ao *Canal Assembleia*; aqueles que estão aqui presentes, Roberto Maia, prefeito de Bom Jesus da Lapa, presidente da UPB, meu vizinho de município, é um prazer tê-lo aqui; queria colocar a minha satisfação de ter participado, hoje pela manhã, do lançamento do programa de formação inicial dos profissionais de educação e também do lançamento do Programa Estadual de Transporte Escolar.

Contamos com a presença de vários deputados e deputadas estaduais, de Jaques Wagner, Rui Oliveira, presidente da APLB, representantes do Ministério da Educação, inclusive Roberto Maia também estava presente lá, mais de 300 representações de municípios, entre prefeitos, prefeitas, secretários municipais de Educação.

Foi um momento importante para o Estado da Bahia, onde nós tivemos a fala de várias pessoas, inclusive do professor Adeum, nosso grande secretário da Educação, falando da importância dos mais de 33 milhões de reais colocados no Programa de Transporte Escolar em um convênio sem burocracia, direto, num trabalho de cooperação com os municípios. Mas o mais importante foi a fala em relação ao programa de formação de 49 mil professores e professoras das redes municipais e estadual da Bahia. Essa é uma clara demonstração de que estamos trabalhando por uma educação pública de qualidade para todos.

Então, deixo aqui os parabéns ao governador Jaques Wagner e ao professor

Adeum Sauer, nosso grande secretário da Educação.

Quero também aproveitar este momento para dar os parabéns ao Sr. Adeum Castro, que ontem, 3 de março, completou, em Santa Maria da Vitória, 106 anos de vida. Ele, que é pai de Zeto e de Dr. Henrique, foi vereador durante cinco mandatos numa época em que não havia remuneração para a função. Ao registrar essa data, lembro que o município de Santa Maria da Vitória completa agora 100 anos de existência, e o Sr. Adeum, filho daquela cidade, tem 106 anos de vida. Então dou meus parabéns a ele e a sua família.

Quero também saudar a professora Édila Benjamim, secretária municipal de Educação de Santa Maria da Vitória, que marca presença nesta Casa.

Agora, num outro momento do meu pronunciamento, vou retomar o tema de ontem, ou seja, a política de alianças do Partido dos Trabalhadores. Esse é um assunto rico para esta Assembleia, principalmente quando lembramos que estamos num Estado em que conseguimos derrotar, na eleição de 2006, um grupo fortíssimo.

Pois bem, o nobre colega Elmar Nascimento falou que o ministro Alfredo Nascimento estará aqui na sexta-feira, mas se esqueceu de dizer que é um ministro do governo Lula. Por isso, quero lembrar que Alfredo Nascimento está ministro por uma política de aliança do presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores com o PR, Partido da República, em nível nacional.

Aqui na Bahia, todos sabem a posição do PR, principalmente os Srs. Deputados, em relação ao governo do Estado.

Esse é um tema que temos de debater. Posiciono-me politicamente sobre a nossa política de alianças e agradeço ao PR, PP, PMDB, PCdoB, PV, PMN, PSL, enfim, aos partidos que estão conosco aqui na Bahia e no Brasil. E agradeço de uma forma especial ao PMDB. Não sei se todos lembram, mas no meu primeiro discurso, em janeiro, fiz o seguinte questionamento: a quem interessa o racha entre o PT e o PMDB na Bahia ou no Brasil?

Digo, em alto e bom som, que defendemos um projeto de sociedade, de Nação no qual as pessoas possam tomar café da manhã, almoçar e jantar, ter educação e saúde pública de qualidade. É um projeto simples que está aliando dois grandes partidos no Brasil: o PMDB e o PT. E qui na Bahia não é diferente.

Volto a perguntar: a quem interessa esse racha? Em particular, na Bahia, onde derrotamos um projeto que se pensava eterno. Sabemos que essa aliança enfrenta todas as dificuldades próprias da democracia – e será sempre assim –, mas nós constituímos hoje um bloco político-partidário com o PP, PMDB, PDT, PCdoB, PMN, PSL e PSDB. Sendo assim, estamos conseguindo fazer aqui uma coisa meio inédita no Brasil.

Isso incomoda muita gente, como é natural em uma democracia. Mas insisto nesse debate porque, como o deputado Álvaro Gomes já começou a discutir a eleição de 2010, quero reafirmar e reafirmarei em todas as oportunidades possíveis, até para fazer o conflito com o partido 25, que é o nosso grande adversário na política nacional e estadual.

No meu entendimento, farei o debate no meu partido sempre. Acredito que

devemos manter a aliança com todos os partidos que fazem parte da base hoje, principalmente com o PMDB, que tem o grande ministro Geddel, também buscar aliança com o PR do ministro Alfredo Nascimento, que estará aqui na sexta-feira juntamente com Dilma, uma grande ministra, uma grande mulher, que muito nos honra. Na sexta-feira estarão os três ministros do governo Lula no nosso Estado em atividades públicas, e o governador, penso, convidará todos nós deputados para delas participar.

Então, quero reafirmar que o nosso projeto de governo não terminará em quatro anos, daí a reeleição do nosso governador Jaques Wagner. É um projeto de Estado, é um projeto de Nação, é um projeto de mudança e é da democracia esse conflito. E quero aqui, até dentro do meu partido que é democrático também, fazer o conflito político, deixar a minha posição muito bem clara: devemos manter a aliança com o PMDB, tanto no Brasil como no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre Líder do Democratas, deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, até em respeito a V.Ex^a que já havia se posicionado que não teria mais nenhuma questão de ordem para tratar do assunto da Mesa, mas já que prontamente o deputado Professor Valdeci sentou-se na cadeira, seria necessário a presença do deputado Fernando Torres aqui para encaminhar o próximo orador pelo PRTB.

Retiro a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

(O Sr. Deputado Fernando Torres adentra no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Fernando Torres, representante do PRTB e da Princesa do Sertão, a nossa querida Feira de Santana, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Fernando Torres:- Muito obrigado, Sr. Presidente, por suas palavras.

Indico os deputados Gildásio Penedo e Luiz de Deus para falarem durante 05 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, primeiro quero externar a esta Casa que ontem uma comissão suprapartidária de deputados deste Poder, representada pelas mais variadas agremiações políticas desta Casa, desde o PT, participou de uma audiência pública com o secretário da Segurança Pública do nosso Estado. Nela estiveram presentes os deputados do Democratas que tiveram as suas representações na pessoa do 1º vice-presidente desta Casa, deputado Rogério Andrade, e os deputados Isaac Cunha, Neusa Cadore, Yulo Oiticica, do Líder do Democratas, Misael Neto, eu também, João Carlos Bacelar do PTN, Leur Lomanto do PMDB,

Getúlio Ubiratan do PMN e o deputado federal Uldurico Pinto. Estivemos nessa audiência pública com o secretário da Segurança Pública do nosso Estado, Dr. César Nunes, com o objetivo único e exclusivo de chamar a atenção para a gravidade da violência que se abate na região do Extremo Sul, precisamente na cidade de Teixeira de Freitas.

Naquele momento fizemos um apelo apartidário, ficou muito clara a nossa disposição, a nossa boa vontade, deputado Heraldo Rocha, Líder do Bloco da Oposição, deputado Heraldo Rocha, o nosso objetivo de não partidarizar ou não politizar esse assunto dada a importância, a magnitude dele e da urgência que se faz de uma solução imediata da Secretaria da Segurança Pública, da ação estatal no sentido de elucidar, deputado Luiz de Deus, uma série de enigmas que envolvem a morte do ex-deputado Maurício Cotrim, em 2007, com relação à qual, até hoje, já perfazem sete assassinatos, salvo engano, com a inclusão, no último final de semana, da morte brutal da viúva do ex-deputado, assassinada com seis tiros, deputado Luiz de Deus, em pleno domingo, na praça principal de Teixeira de Freitas, por um pistoleiro.

Uma série de dúvidas margeia esses assassinatos! Infelizmente, até agora a polícia baiana, a política de segurança pública do Estado não foram capazes de esclarecer à população daquela região as dúvidas que cercam esse nebuloso e “embrenhoso” crime, que tem marcado e revivido momentos delicados que a Bahia não estava acostumada a vivenciar nos últimos anos, lembrando até os tempos do banditismo na região do Extremo Sul.

Uma preocupação que também nos chega é a possibilidade da ocorrência de outras mortes – embora tenhamos esperança no bom Deus de que não passem de boatos e de que parem por aí os assassinatos –, infelizmente, de figuras importantes da política, da Igreja que estão sendo ameaçadas, cujos nomes constam numa pseudolista que circula na cidade. Portanto, foi esse apelo que fizemos ontem no intuito não só de colaborar, mas também, e acima de tudo, cobrar uma posição firme, eficaz e eficiente do governo baiano para solucionar... e acalmar, deputado Getúlio Ubiratan, o sentimento que neste momento apavora a o Extremo Sul da Bahia. Portanto, é essa manifestação que queremos expor aqui e dizer que ainda acreditamos – é esse o nosso desejo e a nossa expectativa – que, efetivamente, a paz e a tranquilidade possam voltar aos lares dessa região do nosso Estado, principalmente os de Teixeira de Freitas.

Faço isso em nome do deputado Getúlio Ubiratan, legítimo representante daquela região, homem de uma coragem ímpar, que tem se posicionado aqui como um grande defensor dos interesses daquela região, para que possa ecoar o sentimento e o desejo daquela região de ver, definitivamente, deputado Getúlio Ubiratan, todos esses crimes elucidados e os responsáveis efetivamente responsabilizados pela Justiça da nossa Bahia.

Mas, Sr. Presidente, quero, para finalizar esse discurso, não só saudar o prefeito de Bom Jesus da Lapa e presidente da UPB-União dos Municípios da Bahia, Roberto Maia, que nos honra com sua presença nas Galerias, mas também chamar, a tempo, a

atenção de V.Ex^a, deputado Heraldo Rocha – que já denotava, de certa forma, uma preocupação – para uma possível alteração no Regimento da Casa, fruto de um desejo unânime da Bancada de sustentação do governo nesta Casa.

Com relação a isso, espero, mas ainda não me posicionarei, que o bom senso possa ser um norteador dos encaminhamentos nesta Casa e entendo que há um princípio basilar que resguarda os direitos do Poder Legislativo, deputado Getúlio Ubiratan, que é o Regimento Interno. A segurança jurídica desse Regimento e as regras nele contidas não podem ser mudadas ao bel-prazer da vontade única de um bloco ou de um partido.

Portanto, aguardarei a posição oficial da minha Bancada e espero que o bom senso, a lucidez voltem a dominar as mentes de todos na Casa para que, efetivamente, possam cumprir e garantir a segurança jurídica do Regimento Interno.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Luiz de Deus pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Oscar Wilde, escritor inglês, escreveu há muito tempo o ensaio “*A decadência da mentira*”. Mas é a mentira com o seu espírito de criação e invenção. Essa é que é a mentira elogiável, que está fazendo com que o homem crie, mas o que estamos vendo ultimamente no governo não é essa mentira, não é só a mentira que diz aquilo que o governo não fez, mas cega também quando vê as obras de quem realmente fez alguma coisa.

Imaginemos senhores que aqui, ontem, oradores citavam os 170 mil alfabetizados pelo programa Topa, Todos pela Alfabetização, e que já há 408 mil inscritos para o ano de 2009. Falácia pura, não foram alfabetizados 170 mil como não serão 408 mil no ano de 2009.

Ora, o governo também... O Líder ontem, aqui, parecia enaltecer o trabalho do Sr. Secretário da Saúde, acredito porque saiu aquela nota, na *Tribuna da Bahia*, dos secretários que estavam na lista negra, e entre eles o Sr. Secretário da Saúde. E ele falava, cantava em prosa e verso aqui sobre o Hospital da Criança em Feira de Santana. Segundo um deputado que lá habita, não passa até agora de um amontoado de poeira, contaminando aqueles transeuntes que passam ali por fora, porque obra mesmo não tem nenhuma.

Agora vejam os senhores: isso tudo seria aceitável pelo nobre deputado Heraldo Rocha. Eis aqui o *Diário Oficial* de hoje, este é o órgão oficial de informação à sociedade baiana.

(Lê) “*Paulo Afonso terá sistema de esgotamento sanitário. O governo do Estado, por meio da Empresa Baiana de Água e Saneamento, Embasa, investe R\$ 59 milhões na construção do sistema de esgotamento sanitário no município de Paulo Afonso*”. Começa que não é dinheiro da Embasa, é do PAC. Ora, dentro do seu sistema diz que a cidade Paulo Afonso tem tão somente 1% de saneamento. Paulo Afonso, que, com certeza, é a cidade mais saneada do Estado da Bahia. Vou dar um

exemplo: todos se recordam de um surto de cólera que houve há algum tempo. Houve casos de cólera praticamente na esmagadora maioria dos municípios baianos, mas em Paulo Afonso, não, e sabem por quê? Porque é uma cidade saneada. A nossa capital não tem o mesmo índice de saneamento de Paulo Afonso, que tem 90% da sua área saneada.

Aqui se diz que na Rua 21 de Abril um cidadão informa que o esgoto corre a céu aberto e que é fossa, que o esgoto corre aí na cidades. Eu trouxe a fotografia da rua. Esta é a Rua 21 de Abril, no bairro Tancredo Neves. Estão vendo aqui a caixa de esgoto? A rua é calçada, aqui está a caixa de esgotamento sanitário. Governador, V.Ex^a precisa ter mais cuidado com os seus assessores. Não é assim que se procede com quem trabalha. Nós temos o orgulho de ter uma cidade que com certeza deve ser a mais bonita do Estado da Bahia e a mais saneada. Lá se faz política com seriedade. Lá não tem 1%. Mande seu assessor realmente lá, venho aqui e deixo com os senhores as fotos da Rua 21 de abril.

Agradeço ao Sr. Presidente a aos Srs. Deputados pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o Nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Getúlio Ubiratan:- Sr. Presidente, por este Bloco estarei ocupando o tempo de 10 min.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Getúlio Ubiratan pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Meu caro presidente, Rogério Andrade, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui, inicialmente, Sr. Presidente, estender meu apreço a comissão de deputados, aos companheiros desta Casa que estiveram ontem na Secretaria da Segurança Pública, afim de solidificar o bloco de reivindicações em torno da nossa querida região do Extremo Sul.

Aqui cumprimento o companheiro Isaac, o deputado Rogério Andrade, o deputado Gildásio Penedo, o deputado Misael, a deputada Neusa Cadore, o deputado João Carlos Bacelar. Coloco aqui a presença, também, do representante na esfera federal da nossa região, o deputado Uldurico Pinto.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, que não queria no dia de ontem estar diante do secretário, como eu mesmo fiz questão de frisar, num clima de tristeza pelos últimos acontecimentos que têm afetado a nossa região.

O que mais me deixa entristecido é a impunidade que persiste há um bocado de tempo na nossa região. No ano de 2007, quando perdeu a vida o deputado Maurício Cotrim, tivemos investigações que foram consideradas desastrosas, no sentido de elucidar o assassinato. Houve uma primeira linha de investigação, onde foi apontado o mandante, foram apontados os pistoleiros responsáveis e mais tarde se desmentiu isso tudo. Outra afronta para que a comunidade de Teixeira de Freitas ficasse

desacreditada com o sistema de segurança do nosso Estado.

Aconteceu uma nova investigação, mas não uma explicação forte para dizer por qual razão se matou o ex-deputado Maurício Cotrim, que tipo de envolvimento houve para que acontecesse esse crime. Pior ainda, que na sequência aconteceram outros assassinatos, justamente as pessoas que procuravam por justiça, justamente as pessoas que vieram pedir socorro à Secretaria da Segurança Pública, que vieram pedir socorro aqui na Assembleia Legislativa. Não podemos, em momento algum, fazer vistas grossas diante de uma situação que eu aqui coloco como de gravidade nesta região querida que também o senhor conhece, deputado Heraldo Rocha.

Aqui volto a dizer, na nossa região do Extremo Sul eu compareço todas as quintas-feiras para andar, para caminhar, para circular livremente, é quinta, é sexta, é sábado, é domingo, é andando pela cidade, governador, pelo interior, circulando pelas vicinais, é defendendo o seu governo, é fazendo com que o nosso povo querido tenha a compreensão com uma série de dificuldades que vão se apresentando, e o povo sabe disso.

O governador tem tido essa compreensão, quando aqui mesmo neste Plenário eu relato a falta de materialidade para a Polícia da nossa região trabalhar. São os departamentos especializados, ali existe uma coordenadoria de tóxicos e entorpecentes com apenas um delegado para responder por uma série de municípios. Mas o Estado não tem comparecido oferecendo condições para que esse departamento funcione, para que o Instituto Médico Legal da cidade de Teixeira de Freitas tenha o seu funcionamento, para que o policiamento realmente seja coerente para defender o nosso povo.

E hoje nós temos, infelizmente, essa série de assassinatos que aqui já foram denunciados e que são considerados, governador, como uma ofensa, uma afronta às autoridades, à segurança do nosso Estado, ao Ministério Público e ao povo da nossa região. Os crimes que acontecem por lá, e que aconteceram recentemente, após a morte de Maurício Cotrim, reitero aqui para ser grudento, para ser chiclete, para que não seja esquecido, do nosso pedido veemente, governador, por providências rápidas e imediatas.

Quero aqui dizer que ontem o secretário César Nunes disse-nos, para essa comissão apartidária que ele esteve, que foram enviados 2 delegados e 6 agentes para fazerem as investigações. Quero continuar acreditando, Sr. Secretário César Nunes, na nossa segurança, na nossa justiça. Há um respeito muito forte da minha parte com a briosa Polícia Militar, e durante o meu mandato muito tenho defendido a classe dos polícias militares, e é preciso que saibamos separar o joio do trigo.

Mas nós temos, secretário, problemas fortíssimos que envolvem a estrutura do policiamento civil da cidade de Teixeira de Freitas, e é preciso que o cordão umbilical dos problemas afetados e que envolve policiais que não entendem a palavra de lisura e de honestidade pra servir ao nosso governo, ao nosso Estado e à segurança do nosso povo, e em função disso o povo desacredita, no momento, infelizmente, naquilo que se procura fazer relacionado ao policiamento local.

Infelizmente, 6 agentes e 2 delegados não serão suficientes para trabalhar,

deputado Luiz de Deus, na região do Extremo Sul com quase um milhão de habitantes, porque não é tão-somente a cidade de Teixeira de Freitas, mas envolve, secretário, assassinatos que já aconteceram de radialistas, de jornalistas da nossa região. O crime de Ivan Rocha, radialista que também veio à esta Casa pedir socorro e que foi morto alguns anos atrás e até hoje nenhum esclarecimento de quem, realmente, cometeu esse assassinato.

O assassinato do radialista Ronaldo Santana, em Eunápolis, é outra marca da impunidade. Outra marca da impunidade, secretário e governador, é o Manoel Leal, jornalista da cidade de Itabuna. E as marcas recentes que nós temos ali na nossa região agora, o assassinato do deputado Maurício Cotrim, o assassinato das pessoas que tiveram alguma ligação para implorar, para pedir que esse crime não continuasse impune. E nessa série de assassinatos não se teve, para a população, nenhuma resposta.

Eu faço aqui, deste plenário, novamente, um apelo muito forte: queremos saber, a qualquer custo, o que realmente tem acontecido com relação a esses assassinatos. O nosso povo precisa ter esse esclarecimento, o povo que destinou ao nosso governo, Sr. Governador Jaques Wagner, uma das votações maciças nas últimas eleições e que continua admirando a sua pessoa, continua admirando as propostas que o senhor apregoeou durante a campanha e que tem compreensão das dificuldades para administrá-las.

Mas, Sr. Governador Jaques Wagner, o nosso povo, acima de tudo, quer e precisa retornar à sua vida normal. Nós queremos a nossa cidade de Teixeira de Freitas de volta. Nós queremos ter a tranquilidade de volta para a cidade de Teixeira de Freitas. Não podemos permiti, fazer com que os filhos do ex-deputado Maurício Cotrim, os filhos desta mulher que foi assassinada, a Dona Regina Cotrim, fujam da nossa região, fujam de Teixeira de Freitas, governador, fujam da Bahia, fujam do Brasil, porque eles querem ir para fora do país para resguardarem as suas vidas. Não podemos permitir isso.

É compromisso desta Casa, de todos os 63 parlamentares, de brigarmos na pressão, na reivindicação, na coerência, no respeito às instituições, no respeito ao trabalho do secretário de segurança, no respeito ao trabalho do nosso governador, mas não podemos esperar muito tempo. Nós temos que, realmente, fazer com que essa situação tenha como resposta o rigor do combate ao crime organizado da cidade de Teixeira de Freitas.

Não espere, governador, para amanhã, para que nós, aqui desta Tribuna, venhamos lamentar outras vidas que são ceifadas.

E quero dizer que as providências venham rápido, porque eu estou disposto como deputado, como representante da nossa região, se não acontecer, de imediato, solução para os problemas, com a prisão, com o desbaratamento dessa quadrilha organizada, eu estarei aqui, neste Plenário, fazendo vigília, até que se tenha uma resposta efetiva por parte do nosso governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do PR, para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, no horário do PR falará o deputado Gilberto Brito por 5 minutos e os demais 5 minutos nós usaremos a Tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr. Presidente, Rogério, hoje pela manhã, lendo alguns jornais pela internet, como faço diariamente, mais uma vez ligo a matéria no jornal *Diário do Nordeste*, de Fortaleza, onde conheci uma iniciativa louvável do governo do Ceará: a adoção de critérios socioambientais no que concerne à distribuição do ICMS. E não é só considerado o aspecto da preservação ambiental, também aqueles municípios que melhoram a condição de vida dos que lá vivem vão sendo contemplados com a melhoria do ICMS.

Eu me lembro bem, deputado Pedro Alcântara, que quando fui prefeito de Paramirim, de 1993 a 1996, o meu município recebia por mês R\$ 7 mil de ICMS. Hoje, depois de uma lei aprovada na década de 90, não me lembro mais qual o ano, já houve uma melhoria. Isso se deu mais ou menos em 1997, 1998. O município talvez esteja a receber, hoje, por mês, de ICMS, em torno de R\$ 100 mil, a R\$ 120 mil.

Gostaria de conclamar a Casa para lutar junto ao governo. Fiz hoje uma indicação ao governo do Estado, encaminhando uma cópia da lei em vigência no Estado do Ceará a respeito do tema do ICMS, para que haja uma luta e uma decisão do governo – evidentemente que se isso vier a acontecer, passará por esta Casa –, para que o ICMS seja distribuído não mais apenas em nível de população, como acontece com o FPM - Fundo de Participação dos Municípios e o FPE - Fundo de Participação dos Estados.

Se isso acontecer, poderemos ter, deputado Pedro Alcântara, uma melhoria significativa para municípios pobres do Estado, aos quais a natureza não lhes concedeu a condição de receber *royalties* e outras vantagens, a exemplo de Candeias, São Francisco do Conde e tantos outros municípios onde a receita passa dos milhões e milhões por mês.

Enquanto isso, municípios distantes e com população pequena, ou mesmo considerável, ficam a depender dos repasses advindos de convênios firmados com o governo federal e o governo do Estado. Então, parece-me que é chegado o momento de a Casa, juntamente com o governo do Estado, desenvolver uma luta para uma melhor e mais justa distribuição do ICMS.

Um município, hipoteticamente, como Pilão Arcado, deputado Pedro Alcântara, lá de sua região do São Francisco, deve ter uma receita ínfima de ICMS, a qual deve ser a milionésima parte da de Candeias, de São Francisco do Conde, Camaçari e outros municípios. Isso não representa, de forma alguma, uma melhoria da condição de vida, até porque, a partir do momento em que não há uma melhor distribuição do ICMS, os municípios não têm condições, deputado Isaac, de viabilizar uma vida melhor para os que lá habitam, provocando um êxodo. Os que lá morejam se

deslocam, indo para cidades mais ricas. E temos o quê? Uma concentração habitacional, e este problema de ordem social nos afeta cada vez mais.

Então, quero, aqui, externar a nossa preocupação e a nossa posição tomada hoje de encaminhar ao governo do Estado uma indicação, anexando a ela a minuta, a cópia da lei em vigência no Estado do Ceará relativamente à melhoria na distribuição do ICMS.

No dia em que conseguirmos fazer isso nesta Casa, não estaremos privilegiando os privilegiados, os municípios ricos, estaremos fazendo com que o poder público venha, realmente, a criar mecanismos de proteção para os menos favorecidos.

Neste momento, por certo que a Assessoria Geral de Comunicação Social do governo está a nos ouvir, ou terá o *release* no dia seguinte do que se passou aqui, na Assembleia, para que este assunto seja levado à apreciação do Exmº Sr. Governador do Estado, um homem sensível às questões, e também leve a preocupação à Secretaria da Fazenda para que aprecie o assunto. Antes de fazer a indicação, tive o cuidado de telefonar para o doutor Pedro Dória, chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda. Passei-lhe o endereço do *site* do jornal Diário do Nordeste, do Ceará, para que conhecesse a matéria e já começasse a analisar a possibilidade de iniciarmos nesta Casa um trabalho no que tange à luta pela conquista de melhor espaço para os municípios que não têm *royalties* e outras vantagens que a natureza, o comércio e as indústrias trazem.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, em virtude de as comissões não terem sido instaladas até o momento e a grande maioria dos líderes partidários estar reunida, mesmo entendendo a importância do pronunciamento do deputado Pedro Alcântara, gostaria de fazer uma questão de ordem. Em virtude, porém, da importância desse pronunciamento, vou aguardar o deputado Pedro Alcântara concluir. O acordo feito nesta Casa foi o de que não haveria questão de ordem quando o parlamentar já estivesse se pronunciando. Logo mais, quero avisar sobre a necessidade de os líderes partidários continuarem reunidos dada a urgência de se concluir esse processo quando encaminharmos a questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Paulo Rangel, não sei se entendi bem o que V.Exª colocou, mas me parece que V.Exª está querendo solicitar uma verificação de quorum na questão de ordem. Se o intuito for esse, gostaria de pedir a V.Exª que por gentileza não o faça. Não sou líder nesta Casa para tratar de assunto nesta tarde em horário reservado ao DEM. Gostaria de falar de antemão a V.Exª, deputado Paulo Rangel,

que, se o intuito for esse, isso não impede de os líderes estarem lá reunidos e a Casa trabalhando normalmente.

Já que as comissões não estão funcionando, gostaria de usar o horário do DEM. Se também não quiser, vou usar os 20 minutos que o Regimento, que o acordo de lideranças previu para fazer questões de ordem, Sr. Presidente! Em vez de 10 minutos, usarei 20 minutos! Espero que o bom senso prevaleça, e esta Casa, que não está trabalhando através das comissões por morosidade de quem ainda não as definiu, possa trabalhar.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente, a concessão natural do nosso tempo.

Caros colegas deputados e funcionários desta Casa, ouvi atentamente há pouco, no início da sessão, meu colega médico que admiro tanto, deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, falar desta tribuna de um assunto importante: a dengue. Li no jornal e me entristeceu muito, deputado Heraldo, quando a mãe-de-família disse: “Perdi meu filho por causa de um mosquito”. Isso dói em qualquer ser humano, principalmente em nós que somos médicos e que temos o dever de defender uma política pública que venha atender ou pelo menos amenizar os anseios da nossa sociedade, principalmente da sociedade baiana.

Caro presidente, deputado Heraldo Rocha, se quisermos trazer a esta Casa um debate importante sobre a dengue, vamos esperar a instalação da Comissão de Saúde. Falando do tema “dengue”, assunto que V.Ex^a abordou e que reputo da maior importância. E dizia que me entristeceu muito como médico e deputado ler o jornal em que uma mãe de família dizia: Perdi o meu filho por causa de um mosquito. Isso dói em qualquer cidadão e cidadã e dói mais em nós médicos, homens capazes, responsáveis pelas políticas públicas do nosso País.

Então, na minha concepção de deputado e de médico, entendo que devemos não só buscar o bode expiatório, o responsável – governador, secretário, presidente, prefeitos – , mas devemos, na instalação da Comissão de Saúde, trazer esse debate e proposições.

Esta Casa, através de sua TV, com uma campanha educativa e com a boa vontade do governador, do secretário, do prefeito e nossa, será suficiente para resolver o problema da dengue. Acho que na Comissão de Saúde, o primeiro debate será esse, porque vai piorar a questão. As chuvas virão aí a partir do dia 20 de março, a água vai acumular, sabemos da resistência da larva do mosquito da dengue. É necessário que esta Casa também se associe ao governo, à secretaria da Saúde, à prefeitura municipal, numa campanha educativa, forte, no sentido de combate à dengue, que é um somatório de toda a sociedade. É dever de cada pai e mãe de família, do Ministério Público, das Secretarias de Saúde de todo o Estado, dever do município, do governo e principalmente desta Casa trazer esse debate à tona.

Outra questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o pós-carnaval de Salvador. Falou-se de quanto rendeu o carnaval, do prejuízo, de marqueteiro que levou o

dinheiro da prefeitura, que não contribuiu, e esquecemos de uma coisa importante, deputado Gaban, a gripe que tomou conta da cidade. O aumento nos postos de saúde e nos hospitais é extraordinário, cresceu 200%. Então, acho que devemos propor ao governo do Estado, à prefeitura, às Secretarias de Saúde do município e do Estado, que façam no próximo Carnaval, 30 dias antes, a vacinação em massa da população, deputado Ubiratan. Porque há vacina contra gripe, não há contra a dengue. Por que não preparar essa juventude, principalmente os que são mais dados ao Carnaval, os universitários, escolas de 2º grau, a população mais jovem, já que a morbidade, o prejuízo econômico que traz o pós-carnaval, em razão dessa gripe, é grande. A morbidade aumentou extraordinariamente, pessoas faltaram ao trabalho em função dessa gripe; eu mesmo sou uma de suas vítimas. Estou aqui por dever de ofício, mas poderia estar até em casa no meu leito.

Então acho que poderíamos propor à secretaria da Saúde do Estado e à Secretaria de Saúde do município uma vacinação em massa 30 dias antes do carnaval, para proteger a população. Os turistas vão embora, e nós ficamos com esse resíduo do carnaval que, realmente, é um prejuízo extraordinário para a economia do nosso Estado. Quantos faltaram ao trabalho depois do carnaval, em razão desse processo gripal que está ocorrendo no nosso município, na capital do Estado. Também acho que deveria ser feita essa vacinação em massa nos grandes municípios como Juazeiro e Itabuna que têm o seu carnaval.

Mas eu quero dizer, meu querido deputado Ubiratan, que me associe em gênero, número e grau ao seu discurso. V.Ex^a tem honrado o dever de deputado e representado muito bem a sua região. Ontem fui um dos primeiros oradores a me solidarizar, porque fui colega nesta Casa de Maurício Cotrim. E não é só a figura do deputado, é hoje a falta de segurança que cada cidadão tem, chegando ao cúmulo desse atentado, do assassinato bárbaro de uma viúva. Chegou-se ao limite. É necessário uma solução de Estado.

Quando se dizia que o pênalti é tão importante que o presidente do time teria de cobrar esta falta, acho que a questão da segurança na Bahia é tão importante que o governador deveria acumular o cargo de secretário da Segurança Pública do nosso Estado, neste momento; também avocar para si o comando maior das Polícias do nosso Estado, a questão da segurança do Estado e o enfrentamento dessa bandidagem que afronta a região de V.Ex^a, que também não é tão diferente das outras regiões do Estado.

Então, se hoje nós invocamos saúde e educação, entendo que não adianta ter saúde e educação sem vida. Portanto, acho que a segurança é o calcanhar de Aquiles do governo que precisa efetivamente tomar as providências que V.Ex^a, com autoridade, tão bem cobrou aqui.

Parabenizo-o por sua coragem e me associe a V.Ex^a. Agora, proteja-se, porque sua vida é importante para o Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB, PTdoB, PSL, PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou dos Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Por todo o tempo o nobre deputado Gaban, ex-presidente deste Poder, por sinal um grande presidente.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, quero agradecer a Liderança do PT que atendeu a minha solicitação para que não fosse feita uma verificação de quorum para a continuidade da sessão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em segundo lugar, me solidarizar, deputado, querido amigo Ubiratan, membro ativo da Comissão de Segurança Pública dos Direitos Humanos desta Casa, fizemos um trabalho muito bom nesses dois últimos anos e espero que V.Ex^a, deputado Getúlio Ubiratan, continue nessa comissão com as importantes contribuições que V.Ex^a tem dado. E, naturalmente, como todos, tenho certeza que os 62 deputados desta Casa se solidarizam com V.Ex^a, daremos todo o apoio necessário; eu como membro da comissão e vice-presidente da Comissão de Segurança Pública já falei pessoalmente com V.Ex^a, a comissão toda se predispõe a ir lá acompanhar o trabalho que está sendo feito, fiscalizar também o trabalho da Secretaria da Segurança Pública para que um crime daquela natureza em que sete testemunhas do assassinato do ex-deputado Cotrim foram assassinadas, não pode ficar assim. Prestamos toda a solidariedade e acima de tudo o apoio, pode contar comigo para ir lá e fazer o que for necessário para que esse crime seja finalmente elucidado.

Mas volto aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e chegaram as minhas mãos - sobre esse projeto que o governo encaminhou sobre a Secretaria da Fazenda – hoje três documentos. Sobre um deles não vou tecer comentários, que é o relatório feito pelo Procurador-Geral do Estado, em consideração ao Dr. Rui que é uma pessoa que tive oportunidade de conhecer quando relatei o projeto da Procuradoria. Ele teve algumas falhas nesse processo, justificando o encaminhamento aqui para esta Casa, que eu prefiro, se for necessário, oportunamente, fazer as considerações. Não vou fazer em consideração a ele e não quero politizar esse assunto já que temos, como já coloquei aqui, para conhecimento da Casa, uma Adin do Supremo Tribunal Federal que considerou inconstitucional esse projeto, tem o Ministério Público, tem a OAB.

Mas gostaria de relatar também, Sr. Presidente, que recebi aqui dois ofícios, dois manifestos. Um, dos auditores fiscais lotados no Datsul no qual a grande maioria dos auditores fiscais está centralizada; e outro também de todos os auditores fiscais. Os dois ofícios foram encaminhados abaixo-assinado ao Secretário da Fazenda para

que esse processo não tramite aqui nesta Casa. O que temos, mais uma vez, que deixar muito claro, até respondendo o que foi colocado pelo deputado Álvaro Gomes, que cometeu um equívoco muito grave e em algumas coisas já o alertei. À medida em que um agente de tributo é autorizado por um projeto de lei, que porventura seja aprovado aqui por esta Casa, é óbvio que o primeiro passo, já que eles teriam as atribuições dos auditores fiscais, era entrar na Justiça, como centenas deles já o fizeram no passado e perderam. 600 agentes de tributos entraram na Justiça para ter o direito de ser auditor, alegando que exerciam as mesmas atribuições. Então, imaginem se esta Casa, mesmo com os pareceres todos aqui do Supremo Tribunal Federal, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil desse tramitação e aprovasse. É o que eles estão precisando para entrarem na Justiça e se transformarem, sem concurso público, em auditores fiscais. Isso é ilícito, a lei proíbe! Não se pode exercer um outro cargo sem concurso público.

Quero deixar mais uma vez claro que não sou, como nenhum dos 63 parlamentares desta Casa, a favor de sonegação. Ninguém quer sonegação. Se houver, que se denuncie, se prenda e se ponha na cadeia quem está sonegando. Seja feito o que for preciso. Mas generalizar, dizer que todas as pequenas e microempresas estão sonegando?! Mesmo que não fosse relevante. E eu iria até mais longe: num momento de crise como este, será que fiscalizar quem arrecada 4%...

Destaquemos que as pequenas e microempresas geram 700 mil empregos aqui. Se forem colocar as famílias que dependem delas, são, ao menos, 3,5 milhões de pessoas envolvidas num processo que dá apenas 4% da arrecadação.

Então, além de ser inconstitucional, não é racional que se ventile aprovar um projeto nesta Casa que vai criar mil novos cargos de auditor fiscal. Hoje, são cerca de mil auditores fiscais – é mais ou menos isso – que fiscalizam 96% da receita. Estão querendo criar mais mil, que seriam esses agentes de tributos, para fiscalizarem 4% da receita do Estado. E exatamente num setor que mais gera emprego e renda.

Não é sensato, não há fundamento. Não é fiscalizando a receita de 4% do Estado que vai se evitar a sonegação. Se ela existe, está nos 96%. E aí, sim, é significativa. Essa questão é aritmética, matemática, é de bom senso. Não precisa nem ser contador ou engenheiro, é apenas necessário ter bom senso para ver. Repito, se há sonegação, está nos 96% e não nos 4%!

Portanto, não podem querer enganar a população dizendo, nas faixas, que “deputado que protege o cidadão não vota com sonegação”. Essa premissa é mentirosa, não é verdadeira. O Sindsefaz teve a oportunidade de uma sessão especial, que eu mesmo sugeri e a Mesa desta Casa autorizou, quando os dois sindicatos debateram o assunto. O IAF foi muito mais competente e já mostrava, à época – sem ter os pareceres do Ministério Público e da OAB nem, muito menos, a decisão do Supremo Tribunal Federal –, que era inconstitucional.

Agora nós temos relatórios feitos. A quem interessa, meu querido Ubiratan? A ninguém! O Estado tem de se preocupar, neste momento, com a manutenção dos empregos que aí estão. Não poderia permitir, como permitiu, que a Britânia fosse embora da Bahia; que a Dow Química diminuísse o número de funcionários; que a

Azaléia, que gera 5 mil empregos, desse férias coletivas – o seu segundo passo será a demissão.

Há de se chegar antes para os empresários – e isso não foi feito pelo secretário da Fazenda em relação à Britânia – e dizer: “O incentivo fiscal que a Assembleia Legislativa da Bahia aprovou já está expirando. Mas nós vamos mandar outro projeto ampliando esse prazo de incentivos fiscais, para gerar emprego e renda”.

Imaginem a reação dos prefeitos no momento em que a arrecadação do ICMS caiu vertiginosamente? O prefeito de Camaçari, do PT, ex-colega nosso da Assembléia, Luiz Caetano, disse que a receita do município caiu 4 milhões neste último mês. Quatro milhões! Imaginem, no momento em que se aumenta o salário, que foi reajustado a partir do mês passado, cai a arrecadação das prefeituras. Como os prefeitos vão administrar a folha de pagamento?

Então, a Secretaria da Fazenda está errando em vários pontos. Eu até justifico o erro inicial dessa Secretaria, porque quando ela mandou o projeto de lei no ano passado ainda não havia uma decisão do Supremo Tribunal Federal considerando, no Ceará, inconstitucional um projeto idêntico a esse.

Mas à medida que teve consciência, e isso está em todos os *sites*, está na *internet*, do Supremo Tribunal Federal, para qualquer cidadão acessar, ter acesso, como eu tive, da inconstitucionalidade desse projeto, deveria o secretário da Fazenda, se estivesse preocupado com a gestão de órgão extremamente importante, que interfere não só na arrecadação do Estado, mas, em consequência, de todos os municípios, através do ICMS, deveria estar centralizado, no mínimo, na permanência das empresas aqui na Bahia, para não fechar mais, com mão-de-obra especializada ou não, mas nos empregos que as empresas estão gerando. Em função disso, em vez de se preocupar em trazer novas empresas, como Pernambuco está fazendo, a Britânia saiu daqui e foi para Pernambuco, as empresas todas estão saindo daqui e indo para Pernambuco, se não quiser criar, o que seria lamentável, mais incentivos fiscais, para que, porventura alguma empresa que não esteja nesse sufoco de queda de arrecadação, de queda de venda, pelo menos, vamos fazer com que as que estão na Bahia gerando emprego, permaneçam. Esse é o encaminhamento que faço.

Finalizando, Sr. Presidente, reitero mais uma vez, se quiserem discutir o projeto de maneira clara, vamos trazer o secretário da Fazenda para vir aqui debater, vamos chamar para a mesma audiência o procurador geral do Estado, que disse à época que era inconstitucional, vamos trazer a Ordem dos Advogados da Bahia, que disse que é inconstitucional; vamos trazer o Ministério Público, que disse que é inconstitucional; vamos trazer o presidente do IAF, vamos trazer o presidente do Sindsefaz, para ver, de uma maneira aberta e clara, quem está com a razão. Se quer ter transparência, se é um governo republicano, tem que ter transparência nos atos. Tenho certeza de que, pela colocações que o governador tem feito, de republicano que é, que vai orientar para que se faça efetivamente o que eu estou sugerindo, uma audiência pública e que se esclareça, para que não fique um racha, que já está evidente na Secretaria da Fazenda, que traria enormes prejuízos para toda a Bahia, para todos os prefeitos, sobretudo para o governo do Estado. Para que esse racha não aconteça, tem que

deixar muito claro aqui, num debate aberto, sem subterfúgio, para mostrar que não vai poder fazer, não vai poder aprovar, porque é inconstitucional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Isaac Cunha.

O Sr. Isaac Cunha:- Sr. Presidente, estamos finalizando o nosso trabalho e verificamos que estamos com insuficiência de parlamentares, alguns estão em atividades, outros estão em reunião de Líderes para discutir a questão das comissões e eu queria, Sr. Presidente, que se fizesse uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que faça marcar o tempo previsto de 15 minutos para o encerramento da sessão, mas, antes disso, gostaria que V.Ex^a me informasse se há alguma matéria na Ordem do Dia desta sessão deliberativa. Havendo matéria, gostaria que V.Ex^a fizesse a gentileza de informar, ao final dos 15 minutos, quais são os deputados que se encontram presentes nesta sessão deliberativa da quarta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria de informar ao nobre deputado Elmar Nascimento que há sobre a mesa, na Ordem do Dia, o projeto de lei nº 16.942/2007, procedente do Poder Executivo, que cria a Controladoria Geral do Estado no Sistema Estadual de Controle Interno e dá outras providências, bem como o projeto de emenda constitucional nº 110/2007, de autoria do deputado Edson Pimenta, que dá nova redação aos incisos XVI, XVII, XXV do art. 71, § 4º, do art. 80, ao § 2º do art. 84, e ao § 2º do art. 86 da Constituição Estadual. Ainda é objeto da Ordem do Dia...

Na Mesa, Sr. Deputado, há apenas esses dois projetos na Ordem do Dia. Peço à assistência técnica que, por gentileza, marque os 15 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, quero aproveitar estes 15 minutos finais para dizer, pela falta numérica de deputados, principalmente da base do governo, que é a grande quantidade nesta Casa atualmente, que se fala na imprensa que cerca de 50 parlamentares não estão presentes. Tendo em vista que a Oposição tem tentado ajudar o governo até dessa forma, mantendo as sessões, vejo que tanto V.Ex^a como o deputado Gildásio Penedo estão ajudando até a compor a Mesa pedindo o Regimento pela proporcionalidade.

Vimos aqui dar uma notícia triste. O deputado Heraldo Rocha acaba de me ligar informando que foi assassinado agora há pouco no IAPI um delegado federal, Leonardo. Isso que vem acontecendo na Bahia nestes últimos dois anos nos preocupa, principalmente porque tem virado uma constante. Ontem mesmo estivemos com o secretário da Segurança Pública, César Nunes, acompanhados e liderados pelo deputado Getúlio Ubiratan, que foi reivindicar mais segurança para Teixeira de

Freitas, região e inclusive ele próprio, que vem sendo ameaçado, assim como o deputado Uldurico.

Vemos com bastante preocupação essa rotina que tem transformado a Bahia numa terra de assassinatos brutais, a exemplo do que aconteceu recentemente lá naquele município. E tem acontecido também aqui em Salvador, principalmente na Região Metropolitana, com mortes quase diárias de policiais militares e civis. Hoje, tendo acabado de subir para a Liderança, o deputado Heraldo Rocha me ligou informando do lamentável falecimento de mais um daqueles que nos protegem, os nossos guardiões policiais.

Era isso que eu queria tratar, Sr. Presidente. Reforço igualmente a questão de ordem do deputado Elmar Nascimento para que no final desta contagem V.Ex^a nomeie os parlamentares que cumprem com o seu dever, conferido pela população do Estado da Bahia. Muito obrigado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, ao iniciar esta questão de ordem, quero em primeiro lugar parabenizar V.Ex^a pela sua assiduidade à Mesa. Tem sido praxe nesta Casa os membros da Mesa não cumprirem com as suas obrigações, mas o senhor tem sido exceção à regra devido à frequência com que os tem substituído, até se sacrificando, às vezes.

Desde segunda-feira vem sendo anunciado aqui, e V.Ex^a já se posicionou sobre isso, pela Presidência da Assembleia que se descontaria o ponto dos deputados faltosos. É um tipo de matéria que agrada à imprensa e à população. O presidente, antes de a medida estar aprovada na Mesa e no Plenário, já anuncia que cortará o ponto dos faltosos. Estou fazendo questão de pedir que seja anunciado, porque toda sessão em que há matéria na Ordem do Dia é deliberativa. De segunda-feira para cá, por ter matéria na Ordem do Dia, as sessões são deliberativas, mas estão caindo cada vez com menor números de parlamentares. É claro que a esmagadora maioria é da base do governo, haja vista que eles são 48 atualmente.

Estou fazendo questão de todo dia mostrar aqui que esse tipo de medida, de arroubo, de ir à imprensa para aparecer dizendo que vai fazer e acontecer sem a consequente providência de chamar o colegiado da Casa para discutir a implementação de uma sistemática que faça com que, ao mesmo tempo, o deputado esteja presente e não exponha o Poder não poderia ir à frente. Hoje, é o terceiro dia consecutivo que uma sessão deliberativa cai, em razão da presença de um número mínimo de parlamentares, e nenhum centavo vai ser descontado do subsídio dos ausentes, porque não há previsão legal para que isso seja feito. Digo isso com a tranquilidade de quem, em todas essas três sessões estava aqui presente.

Fico triste que esta Casa seja exposta na imprensa dessa forma, porque os deputados aqui trabalham desde quando lhes sejam dadas as devidas condições. Tenho procurado, como sempre procurei, estar presente nesta Casa Legislativa, no Plenário, em primeiro lugar, e nas comissões, em segundo lugar.

É verdade que, seja advogado, seja médico, seja qualquer outro profissional, há aqueles que querem trabalhar e os que não querem, e nas Casas Legislativas, nos Parlamentos não poderia ser diferente. Mas, nesta casa, tenho procurado trabalhar, presidente, estar presente ao Plenário, tenho participado até o Horário das Representações Partidárias, mas, a partir da Ordem do Dia, infelizmente, não temos avançado pela ausência de deputados da Base do governo.

Nas comissões, presidente, onde se deveria trabalhar mais, não podemos fazê-lo, porque estão instaladas apenas as de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, que deveriam estar funcionando, mas infelizmente não houve quórum, apesar de haver dezenas de projetos a ser examinados.

Ao fazer essas observações, quero apelar para os Líderes e Vice-Líderes da Bancada do governo no sentido de que, ao menos, a Comissão de Segurança Pública seja instalada. O crime está tomando conta da Bahia, e não é privilégio, deputado Getúlio Ubiratan, do Extremo Sul. É na Região Metropolitana – aqui em Salvador acaba de ser assassinado um delegado da Polícia Federal –, é na minha região, no Nordeste, é no Sul, é no Oeste, em cada canto e recanto da Bahia, todos os dias, a falta de política de segurança pública do governo está deixando que os bandidos tomem conta de tudo e os homicídios cresçam.

Quero, sem autorização de V.Ex^a, deputado Getúlio, utilizar suas palavras para dizer ao governador que amanhã poderá ser tarde, amanhã poderá ser tarde. A cada dia aparece um novo crime. Quem vai ser o próximo? Quem vai ser o próximo da fila, lá no Extremo Sul, de um homicídio que está a desafiar a inteligência da polícia? O que é que vão precisar para poder atuar, punir, prender, fazer o que for preciso para combater o crime organizado?

Não podemos nos omitir, precisamos cumprir a nossa parte! Deputado Getúlio, peço a V.Ex^a que cobre do Líder do governo a indicação, de volta, de V.Ex^a e do deputado Capitão Tadeu, que eram deputados presentes à Comissão de Segurança Pública, porque se V.Ex^{as}. já tivessem sido indicados, já teríamos instalado essa comissão para discutir, ter mais representatividade, ontem, indo ao secretário, representando como um todo a Assembléia Legislativa.

Este é o apelo que eu faço, porque até os deputados que querem trabalhar não têm condição numa Casa que prefere se omitir pela ação do Líder do governo, que não indica os seus membros para compor as comissões. Não é possível que, começado o ano legislativo, com eleição da Mesa em 2 de fevereiro; começadas as sessões legislativas em 15 de fevereiro, já estejamos em 4 de março e não se tenha conseguido chegar sequer a um consenso na Base do governo para indicar os membros das comissões, e, a partir daí, a gente fazer a Casa funcionar.

Põe-se o carro adiante dos bois, como se fosse mais importante para o funcionamento das coisas o preenchimento de cargos de presidente ou de vice. O mais importante é a discussão de assuntos de interesse da Bahia, e essa Comissão de Segurança Pública é muito importante, até porque, deputado Getúlio, quero sugerir que a gente traga o Secretário da Segurança, porque tenho aqui o material que ele

distribuiu no ano passado, na última sessão a que esteve presente, convocado por V.Ex^{as}, citou as ações que iriam ser realizadas disse que dependia de suplementação orçamentária. Quero perguntar-lhe: “Secretário, estão aqui as ações. O que é que foi feito? E o que é que houve suplementação orçamentária, e explique porque o crime organizado está tomando conta da Bahia, porque que os índices de criminalidade...

Porque no atual Governo, deputado Getúlio Ubiratan, as únicas coisas que têm crescido são os números de homicídios, roubos e da violência pública. E nós precisamos estar atentos e denunciar da Tribuna, como V.Ex^a felizmente, com independência que lhe é peculiar, tem feito.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, o nobre Deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Como não houve nenhuma manifestação nós acordamos aqui com a Maioria da Casa que eu vou usar esses 3 minutos restantes para, mais uma vez, dar um enfoque final ao que foi dito pelo deputado Elmar Nascimento.

Eu tinha dito, ontem, deputado Getúlio Ubiratan, que acho importantíssima a ida da Comissão de Segurança Pública ao Secretário. Eu disse: no que depender de mim faremos a instalação desta Comissão para podermos ir. E que seria uma Comissão de deputados formal, que teria a representatividade dada pela Casa para ir lá.

Não fui ontem, única e exclusivamente, porque considerei uma visita informal de alguns deputados estaduais que lá estiveram. Porque se tivesse ido a Comissão de Segurança Pública seria outra história, tem representatividade. E falaria em nome do Poder Legislativo. Acho que essas atitudes colaboram para que a imagem da Assembleia fique desgastada.

É ver como o deputado Elmar colocou, no final do seu pronunciamento, nós estamos desde o dia 2 praticamente sem trabalhar, não fizemos nada. Debates, aqui, cada um faz tratando de interesses às vezes municipais ou locais.

Mas viemos, por exemplo, deputada Maria Luiza, do carnaval, e todos nós ficamos satisfeitos que a violência diminuiu. Que maravilha! Ótimo para Prefeitura que arrecadará mais ISS. Lotaram os hotéis, os vendedores, que a Prefeitura cadastrou, venderam e ganharam o seu dinheirinho. Maravilha! A cidade estava cheia de turistas, o índice de violência diminuiu. Isso é ótimo para o próximo ano, e com certeza absoluta, o Prefeito João Henrique vai arrecadar mais porque o carnaval está cada mais organizado.

Então essa imagem de que primeiro porque choveu no Brasil inteiro, e aqui São Pedro foi baiano, choveu nas horas certas só para dar uma refrescada, mas não choveu. Os índices de violência diminuíram e isso colabora, mas eu imaginava, com toda certeza, que essa “trégua do narcotráfico” seria mais duradoura.

O carnaval terminou e os índices de violência estouraram outra vez! Assassinatos, um atrás do outro. Tem um caso mais grave, se é que pode ser chamado assim porque todo assassinato é grave, da esposa de um ex-colega nosso em que 7 testemunhas foram assassinadas. E a Casa fica inoperante porque não tem Comissão

para investigar e acompanhar o que aconteceu.

Veja, a Bahia, e todos nós torcemos, sobretudo eu que gosto de futebol, está se credenciando para ser uma das sedes da Copa do Mundo. É lógico que os Estados concorrentes usarão a matéria veiculada sobre Madre de Deus para encaminhar à FIFA.

Imaginem o mundo inteiro podendo vir para cá jogar bola, e ver no estádio de futebol a segurança fazendo o que fez. Nós temos de no mínimo evitar esse desgaste, pois pode causar um descontentamento futuro, prejudicando a Prefeitura de Salvador, o Estado, e a visibilidade que a Bahia teria sendo sede de uma Copa do Mundo.

E nós, da Assembleia Legislativa, que poderíamos ajudar até mesmo junto à imprensa, dando esclarecimentos, e as providências enérgicas que foram tomadas para que esse fato não ocorra, estamos parados, e a imagem da Bahia denegrida no momento em que se pretende ser uma das sedes da Copa do Mundo.

É lamentável, mas não adianta chorarmos o leite derramado. Então, finalizando, Sr. Presidente, o que deveríamos fazer é instalar as comissões o mais rápido possível, acompanhar o que está sendo feito com relação ao episódio acontecido no estádio de Madre de Deus, que foi divulgado no Brasil inteiro...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir Sr. Deputado.

O Sr. Gaban:- (...) e acompanhar, obviamente, não só o que está acontecendo na Região Metropolitana, mas sobretudo o que envolve, inclusive V.Ex^a, deputado, lá na Região de Teixeira de Freitas.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito ao 2º Secretário que informe o número de deputados presentes na sessão.

A Segunda Secretaria informa a presença de 13 Srs. Deputados presentes, dentre eles os deputados: Adolfo Menezes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Elmar Nascimento, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gildásio Penedo, Isaac Cunha, Júnior Magalhães, Maria Luiza, Misael Neto, Professor Valdeci e Rogério Andrade.

Não havendo quorum para a continuidade da presente sessão, em nome de Deus, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*